

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CÂMPUS CORA CORALINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E  
INTERCULTURALIDADE**

**MAURO ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA NETO**

**AS MUDANÇAS TOPONÍMICAS DE PALMEIRAS DE GOIÁS**

**GOIÁS**

**2023**

MAURO ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA NETO

**AS MUDANÇAS TOPONÍMICAS DE PALMEIRAS DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Língua, Literatura e Interculturalidade como requisito para Obtenção do título de Mestre em Língua, literatura e Interculturalidade

Linha de pesquisa: Estudos de Língua e Interculturalidade  
Orientadora: Profa. Kênia Mara de Freitas Siqueira.

GOIÁS

2023



## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

### Dados do autor (a)

Nome completo Mauro André Oliveira da Silva Neto

E-mail ma97948@gmail.com

### Dados do trabalho

Título As mudanças toponímicas de Palmeiras de Goiás

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### Tipo:

Tese

Dissertação

Curso/Programa Curso de Pós-graduação Scrito Sensu em Língua, literatura e Interculturalidade/POSLLI

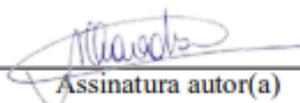
### Concorda com a liberação documento

SIM

NÃO

<sup>1</sup> Período de embargo é de até **um ano** a partir da data de defesa.

Goiás, \_\_\_\_\_, 15 de Maio \_\_\_\_\_ de 2023

  
Assinatura autor(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** KENIA MARA DE FREITAS SIQUEIRA  
Data: 24/05/2023 07:11:38-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do orientador(a)

### CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S586m Silva Neto, Mauro André Oliveira da.  
As mudanças toponímicas de Palmeiras de Goiás  
[manuscrito] / Mauro André Oliveira da Silva Neto. – Goiás, GO,  
2023.  
101 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira.  
Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e  
Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade  
Estadual de Goiás, 2023.

1. Linguística. 1.1. Toponímia. 1.2. Toponomástica. I. Título.  
II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 81'373.21(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Coordenação de Pós-Graduação Stricto  
Sensu

## UEG CÂMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Deusedth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000  
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ:  
01.112.580/0001-71

### ATA DE EXAME DE DEFESA 07/2023

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte e três às catorze horas, realizou-se o Exame de Defesa da dissertação do(a) mestrando(a) Mauro André Oliveira da Silva Neto, intitulado “**As mudanças Toponímicas de Palmeiras de Goiás**”. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira – Presidente

– (POSLLI/UEG), Dr. Cleber Cezar da Silva (IF-Goiano), Dra. Cristiane Rosa Lopes (POSLLI/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo(a) mestrando(a) e seu/sua orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, proclamou o resultado, segundo o qual a dissertação foi (X) aprovada, ( ) aprovada com ressalvas, ( ) reprovada com as seguintes exigências (se houver):

---

---

---

---

---

Cumpridas as formalidades de pauta, às 15 h 40 min, a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 10 de abril de  
2023.

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira (POSLLI/UEG)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Cleber Cezar da Silva (IF-Goiano)

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Cristiane Rosa Lopes (POSLLI/UEG)

## Página de assinaturas

*Cristiane Rosa Lopes*

Cristiane Lopes  
515.739.701-15  
Signatário

**Cleber S**

Cleber Silva  
892.805.121-53  
Signatário

*Kênia Mara de Freitas Siqueira*

Kênia Siqueira  
264.945.901-87  
Signatário

### HISTÓRICO

- |                         |                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                            |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 13 abr 2023<br>13:46:18 |  | <b>Flávyo Santos Teles</b> criou este documento. (E-mail: <a href="mailto:sec.poslli@ueg.br">sec.poslli@ueg.br</a> )                                                                                                                       |
| 13 abr 2023<br>15:37:16 |  | <b>Kênia Mara de Freitas Siqueira</b> (E-mail: <a href="mailto:kenia.siqueira@ueg.br">kenia.siqueira@ueg.br</a> , CPF: 264.945.901-87) visualizou este documento por meio do IP 179.189.12.150 localizado em Pires do Rio - Goias - Brazil |
| 13 abr 2023<br>15:37:47 |  | <b>Kênia Mara de Freitas Siqueira</b> (E-mail: <a href="mailto:kenia.siqueira@ueg.br">kenia.siqueira@ueg.br</a> , CPF: 264.945.901-87) assinou este documento por meio do IP 179.189.12.150 localizado em Pires do Rio - Goias - Brazil    |
| 13 abr 2023<br>13:48:33 |  | <b>Cristiane Rosa Lopes</b> (E-mail: <a href="mailto:cristiane.lobes@ueg.br">cristiane.lobes@ueg.br</a> , CPF: 515.739.701-15) visualizou este documento por meio do IP 186.211.75.12 localizado em Goiânia - Goias - Brazil               |
| 13 abr 2023<br>13:49:05 |  | <b>Cristiane Rosa Lopes</b> (E-mail: <a href="mailto:cristiane.lobes@ueg.br">cristiane.lobes@ueg.br</a> , CPF: 515.739.701-15) assinou este documento por meio do IP 186.211.75.12 localizado em Goiânia - Goias - Brazil                  |
| 13 abr 2023<br>14:05:48 |  | <b>Cleber Cezar da Silva</b> (E-mail: <a href="mailto:cleber.silva@ifgoiano.edu.br">cleber.silva@ifgoiano.edu.br</a> , CPF: 892.805.121-53) visualizou este documento por meio do IP 200.137.237.30 localizado em Jatai - Goias - Brazil   |
| 13 abr 2023<br>14:06:16 |  | <b>Cleber Cezar da Silva</b> (E-mail: <a href="mailto:cleber.silva@ifgoiano.edu.br">cleber.silva@ifgoiano.edu.br</a> , CPF: 892.805.121-53) assinou este documento por meio do IP 200.137.237.30 localizado em Jatai - Goias - Brazil      |



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por ter sustentado durante toda essa caminhada, sem ele esse momento não se realizaria na minha vida.

A minha avó Eva das Graças da Silva (*in memoriam*) que me incentivou durante todo o processo seletivo do mestrado e que comemorou junto comigo, com o seu abraço de mãe, a vitória da minha aprovação. Vó a senhora sempre será o meu alicerce, e é a ti que devo tudo o que sou. Eu te amo além da vida.

Ao meu avô Mauro André da Silva que faz com maestria o papel de pai na minha vida. A sua força de vontade de aprender a ler me fez entender que os sonhos nunca devem morrer.

A minha mãe Fernanda André da Silva e ao meu irmão Pedro Emanuel Martins da Silva que me alicerçam e é o meu maior motivo para prosseguir na minha carreira acadêmica.

A toda a minha família, em especial minha tia Celma André da Silva, que sempre me mostrou a importância da educação e que adversidades da vida devem ser enfrentadas com muita coragem.

Ao meu namorado, Bruno Vinícius, que esteve comigo durante o Mestrado me dando forças para que eu pudesse concluir essa jornada com excelência. Muito obrigado, meu amor!

A minha madrinha, Valdirene Damaceno, que é a minha inspiração na docência.

Aos meus amigos que considero como “irmãos que Deus me agraciou” Elizabeth Mateus e Kennedy José, são eles que puxam a minha orelha me mostrando sempre o lado certo da vida e são eles também que me impulsionam a ser uma pessoa e um profissional melhor.

Aos meus colegas de faculdade Natália Ferreira, Bruno José, Maristela Gomes e Estella Oliveira, pessoas que eu pude compartilhar as dificuldades durante todo o processo do mestrado. Muito obrigado a todos vocês!

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira, que me acolheu e me mostrou com muita paciência os caminhos do universo científico.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Língua, literatura e Interculturalidade Prof. Dr. Eleone Ferraz de Assis e Prof<sup>a</sup>. Dra. Marília Silva Vieira por abrirem as portas da ciência para mim.

Aos professores da banca Prof. Dr. Cleber Cezar da Silva e Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristiane Rosa Lopes por aceitarem o convite de participar da minha banca de defesa de Mestrado.

Aos professores da Universidade Estadual de Goiás– Campus Oeste Erly Kiel Rosa de Aguiar e Silva, Ana Lúcia Dantas Marquês e Maria Márcia Coutinho de Oliveira a quem eu devo todos os conselhos da vida acadêmica.

As professoras que fizeram diferença na minha vida escolar: Luciane Alves, professora que me ensinou a ler e Emilda Queiroz, que me faz acreditar a cada dia mais na educação.

Um agradecimento muito especial também aos que foram meus professores e posteriormente admiráveis colegas de profissão: Alcidina de Oliveira, Elizene de Oliveira e Márcia Regina.

A minha amiga que vibrou comigo na minha aprovação, Rhavana Moura.

A todos que foram e são meus alunos do CEPI – Barão do Rio Branco, Colégio Ômega, Colégio Estadual Polivalente de Palmeiras de Goiás e Colégio Modelo, é por vocês que estou sempre buscando a minha melhor versão.

E, por fim, a todos que fizeram parte desse universo científico e que acreditaram em mim, meu muito obrigado!

A minha avó Eva das Graças (*in memoriam*),  
ao meu avô Mauro André, a minha mãe  
e ao meu irmão Pedro Emanuel.

NETO, Mauro André Oliveira da Silva. **As mudanças toponímicas de Palmeiras de Goiás.** (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo analisar as construções toponímicas do município de Palmeiras de Goiás. Serão elencadas abordagens teóricas e metodológicas sobre a pesquisa em Toponomástica, especialmente as mudanças toponímicas do município por meio de análise documental e cunho bibliográfico com seleção de textos presentes em artigos, livros, dissertações, teses entre outras fontes de pesquisa, que servirão de base para construção e desenvolvimento teórico-crítico dessa pesquisa. Buscar-se-á compreender as motivações que estão na base para escolha dos nomes de lugares com contribuições de estudiosos como: Benveniste (2005), Biderman (1998/2001), Camargo (2018), Dick (1990/1992/1996/), Isquierdo (1997/2012), Pereira (2013), Quintela (2003/2006), Saussure (2006), Seide (2013), Siqueira (2015/2021), Zamariano (2012/2015) entre outros. Com os apontamentos discutidos aqui, o desenvolvimento de pesquisas na referida área da Linguística descortina a importância e os diferentes caminhos que a toponímia goiana tem apresentado e contribuído para a ciência linguística brasileira.

**Palavras-chaves:** Goiás. Palmeiras de Goiás. Toponímia. Toponomástica.

**ABSTRACT:** This work aims to analyze the toponymic constructions in the municipality of Palmeiras de Goiás. Theoretical and methodological approaches to research in Toponomastics will be listed, especially the toponymic changes in the municipality through documental analysis and bibliographic nature with selection of texts present in articles, books, dissertations, theses among other research sources, which will serve as a basis for construction and theoretical-critical development of this research. It will seek to understand the motivations behind the choice of place names with contributions from scholars such as: Benveniste (2005), Biderman (1998/2001), Camargo (2018), Dick (1990/1992/1996/), Isquierdo (1997/2012), Pereira (2013), Quintela (2003/2006), Saussure (2006), Seide (2013), Siqueira (2015/2021), Zamariano (2012/2015) among others. With the notes discussed here, the development of research in this area of Linguistics reveals the importance and the different paths that the toponymy of Goiás has presented and contributed to Brazilian linguistic science.

**Keywords:** Goiás. Palmeiras de Goiás. Toponymy. Toponomastics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 – Triângulo semiótico de Lyons (1979).....	30
Figura 2 – Brasão do Município de Palmeiras de Goiás .....	55
Figura 3 – Bandeira do Município de Palmeiras de Goiás .....	56
Figura 4 – Capela.....	58
Figura 5 – Igreja Matriz São Sebastião .....	60
Figura 6 – Vista parcial da cidade .....	61
Figura 7 – Av. Humberto Mendonça em Palmeiras .....	62
Figura 8 – Colégio Estadual de Palmeiras de Goiás.....	62
Figura 9 – Praça São Sebastião.....	63
Figura 10 – Cavalhadas 2019 .....	64
Figura 11 – Cavalhadas 1975 .....	64
Figura 12 – Cavalhadas 1986 .....	65
Figura 13 – Cavalhadas 1961 .....	65
Figura 14 – Cavalhadas 1955 .....	66
Figura 15 – Cavaleiros 1954.....	66
Figura 16 – Cavalhadas 1952 .....	67
Figura 17 – Cavalhadas 1952 .....	67
Figura 18 – Mascarados Cavalhadas 2019 .....	68

### MAPAS

Mapa 1 – Estado de Goiás distribuído por micro e mesorregiões .....	48
Mapa 2 – Microrregião do Vale do Rio dos Bois.....	52
Mapa 3 – Município de Palmeiras de Goiás.....	54
Mapa 4 – As nações indígenas de Goiás de 1772-1769 .....	75
Mapa 5 – Mapa setorial de Palmeiras de Goiás.....	94

### QUADROS

Quadro 1 – Categorias Toponímicas e motivação inerente aos topônimos de natureza física.....	72
Quadro 2 – Categorias Toponímicas e motivação inerente aos topônimos de natureza antropocultural.....	72
Quadro 3 – Classificação dos Topônimos de Goiás .....	82
Quadro 4 – Classificação dos Topônimos de Goiás de origem indígena .....	85
Quadro 5 – Ficha lexicográfica São Sebastião do Alemão .....	88
Quadro 6 – Ficha lexicográfica Palmeiras.....	89
Quadro 7 – Ficha lexicográfica Mataúna .....	89
Quadro 8 – Ficha lexicográfica Palmeiras de Goiás.....	90
Quadro 9 – Classificação dos Topônimos de Palmeiras de Goiás .....	91

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS .....	15
1.1 Alguns métodos em pesquisa toponomástica .....	15
1.2 Léxico, Léxico toponímico e Ciência Onomástica.....	21
1.3 Toponomástica.....	25
1.4 O nome, o nome próprio e seu referente.....	28
1.5 Língua e Cultura .....	36
1.6 O signo linguístico em função toponímica .....	38
CAPÍTULO II – PALMEIRAS DE GOIÁS: ESTUDOS TOPONÍMICOS QUE REVELAM SUA HISTÓRIA .....	43
2.1 Estudos toponímicos no Brasil e em Goiás .....	43
2.2 Os estudos toponímicos de Goiás .....	45
2.3 A Microrregião do Vale do Rio dos Bois .....	52
2.4 Palmeiras de Goiás.....	53
CAPÍTULO III – MUDANÇAS TOPONÍMICAS DE PALMEIRAS DE GOIÁS.....	70
3.1 Um pouco mais sobre a toponímia goiana e mudança toponímica.....	70
3.2 Análise de mudanças toponímicas de alguns municípios goianos .....	75
3.3 Análise Toponímica de Goiás e de Palmeiras de Goiás .....	81
3.4 Análise Toponímica dos bairros de Palmeiras de Goiás.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS .....	97

## INTRODUÇÃO

Conhecer a história dos lugares, suas especificidades e toda a riqueza que cada canto do país apresenta, sempre despertou curiosidade em estudiosos da língua. As motivações que estão na base para escolha dos nomes de lugares permitem que conheçamos não só o passado de um povo, mas descobertas que assegurarão conhecimento para gerações que ainda estão por vir.

Dito isso, a Onomástica é uma ciência pertencente a Linguística que se caracteriza pelo estudo dos nomes próprios em geral e se divide em duas vertentes de investigação: a antroponomástica e a toponomástica. A primeira concebe pressupostos da formação dos nomes próprios de pessoas, sejam eles prenomes ou apelidos, que contribuem significativamente para a história política, social, antropológica entre outras. Já a segunda, detém-se ao estudo dos nomes próprios de lugares, isto é, estuda no espaço e no tempo, aspectos que motivaram a escolha do nome de um lugar, que faz com que se reconheça sua origem e outros aspectos, tais como traços históricos, geográficos, culturais, linguísticos.

Nesse sentido, os nomes de municípios são parte de um vocabulário linguístico-histórico que relaciona, ou inter-relaciona, a toponímia e a cultura, uma vez que é por meio da língua, que informações são fornecidas para construção, desconstrução e recuperação da realidade sociocultural de uma comunidade.

No país, os estudos onomásticos têm a sua concentração na linguística a partir da segunda metade do século XX, e atualmente, muitos programas de pós-graduação em universidades brasileiras desenvolvem pesquisas nesta área. Estas que voltam o seu olhar investigando os nomes próprios, os quais são discutidos sob seus diversos vieses: gramaticais, sócio-históricos, etimológicos e geográficos. Esse campo da ciência linguística tem sido alvo de pesquisas desde os primórdios, mas os estudos da Onomástica, como campo de pesquisa, iniciaram em vários países a partir do século XIX.

É importante dizer que os estudos de Carlos Drummond (1954;1965), um dos primeiros a se interessar pelo estudo dos topônimos, foram de grande relevância para os estudos dos nomes próprios, uma vez que o consideram, o precursor da toponomástica no país. Dick (1975), toma por base os seus estudos para investigar as motivações toponímicas. Os seus trabalhos tornam-se referência a todos que buscam investigar esse campo da linguística.

Considerando esses trabalhos, por meio de análise documental e cunho bibliográfico com seleção de textos presentes em artigos, livros, dissertações, teses entre outras fontes de pesquisa, que servirão de base para construção e desenvolvimento teórico-crítico, este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças toponímicas do município de Palmeiras de Goiás. São

elencadas abordagens teóricas e metodológicas sobre a pesquisa em Toponomástica, as construções toponímicas do município em estudo e a análise dessas mudanças perante a ação do tempo.

Para tanto, com o recorte do município de Palmeiras de Goiás, foi possível investigar as motivações que levaram ao nome atual da cidade, foi possível ainda coletar informações e dados que facilitaram o alcance de resultados mais específicos em relação à abrangência e à influência dos estudos toponímicos para compreensão de fenômenos linguísticos e culturais que estão na base da formação do léxico toponímico em Goiás.

Portanto, com contribuições de estudiosos como Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990/1992/1996), Aparecida Negri Isquierdo (1997/2012) e Antón Corbacho Quintela (2003/2006), para o desenvolvimento das pesquisas na referida área da Linguística, descortina-se a importância e os diferentes caminhos que a toponímia tem apresentado e constituído para a ciências do léxico.

Dessa forma, a presente dissertação é constituída de três capítulos. O primeiro apresenta os fundamentos teórico metodológicos para alguns métodos em pesquisa toponomástica, bem como um apanhado sobre o léxico, o léxico toponímico, a ciência onomástica e sua vertente toponomástica. Ainda, foram feitas considerações sobre o nome, o nome próprio, seu referente e o nome próprio de lugar sobre o ato de nomear. De igual modo, complementando o arcabouço teórico-crítico dessa primeira parte, são discutidos os conceitos de língua, cultura e o signo linguístico em função toponímica. O embasamento se deu por meio das acepções de autores como: Benveniste (2005), Biderman (1998/2001), Camargo (2018), Dick (1990/1992/1996), Saussure (2006), Seide (2013), Siqueira (2015/2021), Zamariano (2012/2015) entre outros.

No segundo capítulo, discutem-se as questões relativas aos estudos toponímicos de Goiás, com destaque para a constituição e para a formação do topônimo Goiás e seus aspectos históricos, geográficos e culturais. De igual modo, dados sobre a origem, constituição e elementos essenciais de conhecimento sobre o município de Palmeiras de Goiás também são apresentados.

Uma vez que, em caráter de apresentação, é necessário situar a cidade e suas contribuições face ao estado de Goiás, suas riquezas, história, cultura, e a contribuição para os estudos toponímicos goianos. Foram utilizados pressupostos de estudiosos como: Isquierdo (1997/2012), Pereira (2013), Quintela (2003/2006), Siqueira (2014) entre outros.

O terceiro capítulo, apresenta um caráter pragmático, no sentido de reconhecer as motivações que subjazem à escolha do nome e também em relação aos constituintes da composição toponímica. São analisadas as mudanças toponímicas do município de Palmeiras

de Goiás, seus dados e contribuições posteriores a fundação, demonstrando o desenvolvimento social e urbano da cidade, bem como as informações que integram as obras de estudiosos que se dedicaram aos estudos da toponímia goiana que se enquadram, especialmente, para constituição da análise de mudança toponímica.

Este estudo direciona-se assim, no sentido de realizar uma interpretação léxica de alguns topônimos goianos, para isso, deve-se considerar que estes são signos linguísticos criados por meio de uma motivação ou escolhidos entre os demais signos do léxico virtual. Os topônimos remetem a uma realidade extralinguística, assim, podem ser vistos como referenciais. Ocorre que quando se aproxima os nomes de lugar de referentes físicos e dos recortes culturais específicos de cada lugar, fica subentendida sua relação com tais referentes.

Conforme Dick (2001, p. 89), “quanto mais específico se tornar o modelo e mais adequado ao objeto menos provável sua expansão a outros centros, pela descontinuidade da relação onomástica”. Assim, certos caminhos no ato de nomear podem indicar um “continuum” cultural, socialmente adotado, que se desenrola em condutas face ao processo de nomeação. Dick (2001, p. 89), salienta que há imbricamentos entre os componentes toponímicos e esses imbricamentos podem permitir a visualização da combinação interna de cada composição toponímica. O trabalho pode seguir esse caminho, ou seja, buscar as relações entre a composição toponímica e os fatos que lhe deram origem, mesmo que tal locativo, tenha passado por processos diversos de formação de palavra. Para os topônimos, o processo mais comum é a conversão, descrita, entre outros conceitos, neste estudo.

## CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

*A maioria ignora o que não tem nome; e a maioria acredita na existência de tudo que tem um nome.*

*Paul Valéry.*

O objetivo deste capítulo se constitui em torno dos conceitos referentes à área de estudos onomásticos que se detém ao estudo dos nomes próprios de lugar: os topônimos. Assim, visa apresentar algumas concepções e diretrizes que instituem os nomes de lugares como objeto de estudo. Nessa perspectiva, o capítulo está organizado no sentido de indicar a Toponomástica como disciplina científica que se atém ao estudo dos topônimos, seja em termos linguísticos atendo-se à morfologia, sintaxe, semântica e dados históricos, geográficos e culturais desses designativos.

As próximas seções do capítulo são apresentadas no sentido de fixar quais os objetos a que a Toponomástica se dedica, quais as dimensões teórico-metodológicas que a essa disciplina se circunscrevem; os significados dos topônimos; o léxico especial da toponímia; enfim, alguns postulados básicos desse campo de estudos da linguagem.

### 1.1 Alguns métodos em pesquisa toponomástica

As línguas, de uma maneira geral, são bastante complexas, apresentam sistemas intrincados em nível fonológico, morfológico, sintático e de certa forma, aspectos semânticos que se vinculam às diferentes culturas as quais estão inter-relacionadas. Consideradas diferentes correntes do pensamento linguístico, a língua pode ser considerada como a representação desse pensamento, pode também ser a mediação entre o homem e os fenômenos do mundo que não necessitam ser reais para se transformarem em objetos de atenção dos falantes.

Para Zamariano (2015, p. 186) “o conhecimento, nos primórdios da humanidade, limitava-se à observação comum e ocasional da realidade, à simples apreensão de fatos e fenômenos”. Dessa forma, a autora deduz que o ser humano ancestral<sup>1</sup> encontrava dentro de si um eco secreto que respondia a todas as vozes exteriores, o que se transformaria posteriormente em articulações e palavras.

A inter-relação com a realidade impulsionou a necessidade de nomear o mundo e as sensações dele decorrentes voltando-se para, como destaca Renan (1950), a criação das

---

<sup>1</sup> Termo utilizado apenas para designar os que vieram antes, os falantes anteriores.

palavras, que com o passar do tempo já estavam inclusas em um vocabulário que atendesse as suas necessidades momentâneas. Esse nomear

[...] envolve tanto o nome de pessoas como o de lugares, pois a realidade só tem existência para os homens quando é nomeada, e a forma de apreendê-la é só por meio dos signos, pois só é perceptível no mundo o que é nomeado por meio da língua. Ao dar nomes aos seres, objetos e fenômenos, o homem “os classifica simultaneamente”; ele estrutura o mundo que o cerca e se apropria do real (BIDERMAN, 1998, p. 91-92).

Assim, conforme Dick (1990), nomear os lugares faz parte da natureza do ser humano, não é somente uma atividade é uma atividade e uma necessidade humana. Há milhares e milhares de séculos, verifica-se a ação do homem dando nomes aos lugares, expressando “em formas significativas” ou em “palavras”, os mais variados aspectos do mundo, organizando-os em um todo orgânico (DICK, 1990, p. 32).

Portanto, o ser humano, ao se deparar, tomando posse ou não, com um espaço físico-geográfico ou estabelecer um núcleo populacional precisa nomeá-lo com o intuito de garantir sua própria existência, sua fixação local e sua identidade comunitária.

Dessa forma, de acordo com Matos (2009, p. 15), por meio da Toponímia, ramo de conhecimento que integra a Onomástica, podemos analisar “a estreita relação que há entre o homem e os lugares que designam o espaço que ele ocupa, isto é, podemos analisar, entre outras, a relação que há entre língua-cultura-sociedade e natureza manifestada no processo de nomeação dos logradouros”.

Em outras palavras, a área da Onomástica que se atém a questões lexicais e culturais, relacionando-as aos aspectos extralinguísticos dos designativos de lugar é a Toponomástica, a qual Cabrera (2002) distingue da toponímia, por compreender que, embora ambos os termos “toponímia e toponomástica” sejam amplamente empregados como sinônimos, na verdade não semanticamente equivalentes, ou seja, não há sinonímia perfeitamente.

Segundo Coseriu (1999, p. 15), a “Toponomástica é uma disciplina linguística efetivamente autônoma, com objeto próprio e com finalidade em si mesma”. A toponímia, por sua vez, é definida como o conjunto de nomes de lugar de determinado território. Na prática, a toponímia é um conjunto de nomes de lugar que tem algo em comum, partilham características afins.

Essas características vêm concebendo a Toponomástica como uma ciência que partilha conhecimentos não apenas com a Linguística, mas com outras áreas do conhecimento humano tais como a Geografia, a História, a Botânica, a Antropologia, a Literatura e tantas outras.

Os objetivos da pesquisa toponomástica se direcionam ao processo de origem dos nomes de lugar, para tecer explicações formais acerca dos topônimos e, assim, descobrir seu significado original, no qual, provavelmente, residem resquícios da motivação que subjaz à escolha do locativo.

Os estudos toponomásticos, face a fatores extralinguísticos, organizam os topônimos em duas grandes categorias: os macrotopônimos: países, cidades, regiões e microtopônimos, os nomes concernentes a ruas, aos bairros, a nomes de rios, a elementos geográficos.

A razão de ser dos topônimos é determinada pela necessidade do homem de, de alguma forma, nomear o espaço físico em que se move para poder reconhecê-lo e diferenciá-lo dos demais. Esses nomes geralmente refletem características específicas que ajudam a identificar esse espaço físico. Assim, podem ser referências para estudo de outras áreas do conhecimento humano.

Com isso, surgem métodos de pesquisa que dialogam com os estudos onomásticos, uma vez que, para Márcia Sipavicius Seide (2013, p. 166) em artigo intitulado “Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos”, ressalta que “paradigmas diferentes são utilizados quer se trate de estudar os nomes próprios de lugares, objeto estudo da Toponomástica, quer se trate do estudo dos nomes próprios de pessoas, objeto de estudo da Antroponomástica”.

Neste trabalho, são tratadas questões referentes ao estudo de topônimos, considerando que o objeto de análise será o topônimo “Palmeiras de Goiás”, cidade do interior goiano, e suas construções toponímicas. Para isso, faz-se necessário apreender sobre os procedimentos metodológicos que serão adotados e alguns métodos de pesquisa da toponomástica, a fim de teoricamente construir sustentação para os próximos capítulos que elencam a parte de análise e classificação desses topônimos.

Seide (2013) também evidencia as diferenças de método e paradigma de dois ramos da Onomástica: a Toponomástica e Antroponomástica, visto que ambos os tipos de nome próprio apresentam funções semelhantes e mesmo pesquisas e revisões de literatura recentes mostram que, no Brasil, enquanto os estudos toponímicos consideram o nome próprio como lema, os antroponímicos priorizam os usos do nome próprio e seu significado associativo.

No entanto, na área da Linguística são poucas as reflexões metodológicas, pois cada teoria apresenta seus próprios métodos e procedimentos metodológicos. Portanto, acabam sendo usadas teorias e metodologias diversificadas para estudo da ciência Onomástica.

Diante disso, inicialmente, apresenta-se o levantamento bibliográfico para a construção do aporte teórico que servirá de subsídio para as discussões relativas a língua, meio e nomeação

dos bairros da cidade de Palmeiras de Goiás, de modo específico, as construções toponímicas desse município.

Nessa perspectiva, a metodologia que dá suporte a esta proposta de dissertação, caracteriza-se por ser de natureza documental, com base em mapas geográficos, fotografias, documentos históricos e de abordagem qualitativa para o levantamento de dados. A escolha desse método deve-se ao caráter do próprio objeto de estudo: “as mudanças Toponímicas de Palmeiras de Goiás”, já que diferentemente dos nomes comuns, “os antropônimos (nomes de pessoas) e os topônimos (nomes de lugar) são fruto de uma escolha por parte do designador, escolha feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo (SEIDE, 2013, p. 167). Por se tratar de mudanças toponímicas, é possível se valer de procedimentos da Linguística Histórica haja vista o método comparativo que sustenta pesquisas históricas. De acordo com Faraco (2006), a escolha de um ou outro caminho metodológico é que pode orientar a forma de entender a mudança linguística (inclui-se a mudança toponímica), referentemente à seleção de dados, às categorias e aos procedimentos de análise e ao processo argumentativo de discussão dos dados.

Melo (2012, p. 66), explica que os estudos toponímicos podem ser compreendidos “como um indicador cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade”. Desse modo, os topônimos, em sua construção de sentido, se vinculam aos contextos tanto linguísticos como socioculturais e assim dialoga com diferentes áreas do conhecimento.

Dick (1996), afirma que o topônimo deixa de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugar para se transformar em “um fundo de memória”, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos. Isto é, esses locativos (re)adquirem diferentes aspectos da realidade de um grupo social e são receptores e refratores de determinantes físicos e culturais, de representações semânticas intencionais que “podem revelar traços socioculturais da identidade de um povo mediante as particularidades cristalizadas nos topônimos” (DE MELO, 2015, p. 41).

Consequentemente, o estudo dos topônimos tem se revelado necessários para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo ou mesmo de uma região, pois como afirma Matos (2009, p. 19) eles “permitem que identifiquemos fatos linguísticos, ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a permanência ou não desses valores numa dada comunidade”.

No Brasil, conforme evidenciado no estudo de Seide (2013), os estudos toponímicos tendem a uma certa homogeneidade decorrente de a maioria das pesquisas almejar a elaboração

de Atlas toponímicos e serem direta ou indiretamente, influenciados pelas propostas teóricas e metodológicas de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Isquerdo (2012) endossa essa afirmação, pois indica que nos projetos institucionais dedicados à elaboração de Atlas Toponímicos e, também, nos demais estudos realizados em Programas de Pós-Graduação em Letras, “o fio condutor comum é essencialmente constituído pelos parâmetros teóricos propostos pela pesquisadora Dick”<sup>2</sup> (apud ISQUERDO, 2012, p. 22). Sobre isso, a pesquisadora e pioneira dos estudos em Onomástica assim se posiciona:

[...] ambos os designativos ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída, tornando-se, nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais. São, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que, em certas circunstâncias, a não ser através deles, escaparia às gerações futuras (DICK, 1992, p. 178).

A forma como Dick concebe e estuda os nomes próprios difere, de certa forma, do utilizado por filósofos da linguagem que consideram a função referencial desses nomes, ou seja, o fato de o nome próprio ser usado para fazer referência a um indivíduo no mundo. E considerando o caráter interdisciplinar e humanístico da escolha do nome próprio, a pesquisadora propôs a descrição, análise e categorização dos topônimos brasileiros para elaboração de Atlas Toponímicos, conforme objetivos de pesquisa descritivos, sistêmicos e estruturalistas, este viés de investigação fica patente na descrição dos fundamentos em que se baseia este tipo de pesquisa:

[...] na criação da grande maioria das designações de lugar, há um item lexical do vocabulário comum da língua alçado à categoria de nome próprio no ato de nomeação, os topônimos, em primeira instância, reúnem as características do léxico da língua a que pertencem e são, por consequência, sujeitos às mesmas regras que regem o sistema linguístico desta língua. Dito isto, no estudo desta categoria de nome, o ponto de partida é sempre o nível lexical (ISQUERDO, 2012, p. 15).

Assim, após levantamento bibliográfico preliminar por Matos (2009), no Brasil, pode-se apontar três tipos diferentes de vertentes em que se dividem os estudos em Onomástica/Toponímia: uma perspectiva etimológica, que toma a Toponímia como ferramenta para a reconstrução de línguas antigas; uma vertente que toma como base os trabalhos da Toponímia em conjunto com a geografia e cartografia, e outra que mescla a perspectiva

---

<sup>2</sup>As citações de Isquerdo (2012), originalmente em língua francesa, foram traduzidas para o português pela autora Márcia Sipavicius Seide (2013).

etimológica com a geográfica. O que atesta ainda mais a crescente produção em Toponímia no Brasil, sendo importante destacar também:

(i) a elaboração de atlas toponímicos; (ii) as produções dos grupos cadastrados, ou não, no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; (iii) a criação de cursos em estudos Onomásticos/Toponímicos; (iv) a implementação de disciplinas relacionadas a Toponímia, nos cursos das Instituições de Ensino Superior – IES; (v) a atuação dos grupos de discussão e divulgação da Onomástica e Toponímia; (vi) os estudos de pesquisadores especialistas na área; (vii) teses; (viii) dissertações e (ix) artigos produzidos na área (MATOS, 2009, p. 24).

Em todos os casos, a pesquisa em Toponomástica não deixa de se iniciar pela fase de construção de bancos de dados coletados por vias documentais e/ou entrevistas semiestruturadas e se desenvolvendo mediante as metodologias e fundamentação teórica propostas por estudiosos como Dick. Logo,

O estudo linguístico do topônimo não pode deixar de ser feito desde a perspectiva filológica, etapa primeira para a análise étnico-dialetológica das designações dos espaços geográficos (...) a pesquisa da origem linguística subjacente à estrutura formal do topônimo e, por extensão, do sentido do item lexical na língua comum, é condição essencial para a análise do nome próprio de lugar (ISQUERDO, 2012, p.16).

Dessa maneira, em um topônimo é possível verificar a “marca” da história, esta não pode ser descartada, uma vez que, como atesta Zamariano (2015), não representa somente o relato concatenado de um episódio qualquer ou de uma série de acontecimentos engrenados na evolução geral da vida humana, ela também é tudo aquilo que corresponde ao rastro deixado pela própria vida, e que permitirá a alguém, algum dia, reconstituí-la convenientemente, para pôr ao alcance do presente e do futuro, as lições do passado.

Reiterando, convém ainda ressaltar que os estudos toponímicos brasileiros se apoiam nas contribuições de Dick. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick defendeu a sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP) em 1980, a sua tese foi intitulada em "Motivação em Toponímia": Princípios teóricos e modelos taxonômicos". A pesquisa apresentada pela linguista muda então a perspectiva das pesquisas realizadas desde então no ramo da toponímia. Dick (1990) criou aportes teóricos metodológicos<sup>3</sup> que trouxe a luz estudos voltados a toponímia sendo tratada de uma forma ampla e não apenas para os nomes indígenas como era de costume nos trabalhos voltados a essa ciência.

---

<sup>3</sup> A taxionomia com 27 taxes, suficiente até então, para classificar os topônimos conforme os elementos linguísticos formadores do nome.

### 1.1.1 Identidade e cultura

Todas as culturas usam o conceito de identidade de acordo com os valores de sua sociedade e os contextos histórico-sociais que produziram o conceito de identidade cultural.

Conforme Stuart Hall (1992, p. 13) a identidade cultural é “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”, dessa maneira evidencia que a identidade cultural era vista como permanente.

Já segundo o filósofo Heráclito de Éfeso (470 AC, SALLES, 2021)

Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou. Assim, tudo é regido pela dialética, a tensão e o revezamento dos opostos. Portanto, o real é sempre fruto da mudança, ou seja, do combate entre os contrários.

Em um jogo de contrários e de forma metafórica, pode-se concordar com Heráclito a medida em que somos sujeitos influenciados pelo meio em que convivemos e que as nossas experiências nos moldam enquanto ser humano, sendo possível adquirir novas opiniões, novas atitudes e dar abertura e um novo espaço de cultura que se pode nascer, ou seja, novas identidades e versões de uma própria pessoa podem surgir. Assim, se pode afirmar que é certo que a cultura é fruto das experiências do convívio social e são moldadas e influenciadas pelo meio político, social e geográfico.

Hoje, pode-se afirmar que é improvável que, o espaço geográfico e uma cultura se mantenham imutáveis e, de certa forma, como fora no passado. Isso, se deve ao fato das pessoas se adequarem às mudanças que ocorrem a todo instante em suas vidas, e claro, que o processo de globalização corrobora para toda essa “revolução” que ocorre no modo de vida das pessoas.

Dessa maneira, o impacto também acontece no ato de nomear, uma vez que, nesse processo de nominalização há influências das questões sociais, políticas e de imigração das pessoas.

Quando há movimentação de pessoas, notoriamente há também movimentos de culturas que se somam ou se contrapõem umas as outras. Nisso, cada pessoa traz consigo os aspectos linguístico-culturais que se mesclam com outros dando origem a uma nova unidade linguística.

## 1.2 Léxico, Léxico toponímico e Ciência Onomástica

O léxico pode ser definido como o acervo de palavras de um determinado idioma, ou seja, “é todo o conjunto de palavras que as pessoas de uma determinada língua têm à sua disposição para expressar-se, oralmente ou por escrito” (MENDES, 2010, p. 24). Valendo-se disso, cada geração guarda do local em que vive, a memória de fatos ou acontecimentos que constituem pontos de demarcação em sua história. A história, para Zamariano (2015, p. 187) “enriquece as representações possíveis da memória, fornece símbolos e conceitos para que a sociedade pense sobre si mesma e sobre sua relação com o passado e fertiliza a memória, reativando as lembranças”.

A palavra, por estar ligada à vida do homem, que nomeia sua realidade, funciona como decodificador do conhecimento que o ser humano vai adquirindo ao longo de sua vida, por isso, o léxico pode ser considerado, de acordo com Mendes (2010), como patrimônio vocabular de uma comunidade linguística através de sua história, um acervo que é transmitido de geração para geração. Esse inventário aberto de palavras disponíveis no idioma, “caracteriza-se pela seleção e pelos empregos pessoais que o homem faz do léxico, quanto maior for o vocabulário do usuário, maior a possibilidade de escolha da palavra mais adequada ao seu intento expressivo” (p. 24).

Em consonância com esse fato, se destaca a importância do resgate e estudo dos topônimos, tendo em vista que eles podem, muitas vezes, ser as únicas evidências da presença histórica de grupos humanos em determinado lugar, o que justifica a forma com que a palavra atua como instrumento linguístico que possibilita a interação entre falantes e, como unidade léxica que permite o registro de símbolos, espaço e cultura.

Pois para que haja o real conhecimento da língua de um grupo humano, que consolidará a palavra e constituirá o léxico, é indispensável considerar tanto a história, quanto os costumes e o ambiente em que vive esse grupo, visto que conforme Zamariano (2015, p. 190) “toda língua natural reflete a cosmovisão de seus falantes por meio de seu acervo lexical, no qual estão projetadas as experiências vividas por determinado grupo sociolinguístico-cultural”. Isso porque, como dito “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 2001, p. 179). Nessa perspectiva,

[...] cabe situar a Toponímia também como uma fonte de informação léxica direta porque os topônimos, como signos da língua, são testemunhas de mudanças linguísticas. Os estudos toponímicos se apoiam, basicamente, na análise das formas léxicas, para identificar os processos linguísticos envolvidos na formação dos topônimos e fornece uma descrição dos elementos constituintes das suas estruturas. A pesquisa toponímica pode contribuir como uma fonte de dados históricos para estudos

topográficos de uma região, além de ampliar os conhecimentos culturais e linguísticos, porque descreve a extensão geográfica e os recursos naturais de uma área; resgata informações acerca de aspectos históricos, sociais e etnolinguísticos de um povo (ZAMARIANO, 2015, p. 191).

Dessa forma, para De Melo, é possível verificar como os falantes se valem de mecanismos linguísticos em sua multimodalidade, em que coexistem sons, imagens, textos, gestos entre outras modalidades para representar o mundo a sua volta e como o contexto extralinguístico é um relevante fator para o processo de aquisição e ensino/aprendizado do léxico. Por isso, na aquisição do léxico “o que se adquire não é pura e simplesmente um código, com suas regras especificamente linguísticas, mas todo um sistema de práticas e valores, crenças e interesses a ele associados” (DE MELO, 2015, p. 47).

Refletindo sobre o papel do léxico na ciência Onomástica, Santiago (2018) considera que ele constitui o nível da língua responsável pela representação linguística do universo extralinguístico dos seus usuários. Por meio dele, “um dado grupo de falantes é capaz de registrar aspectos da sua realidade, enquanto, de modo simultâneo, a organiza-a, identificando diferenças e semelhanças” (p. 32). Nesse sentido, língua assume em sua expressividade, formas distintas segundo o local, os indivíduos e a situação de seu uso. E, tratando-se de nomear lugares,

[...] o pecúlio lexical toponímico corresponde a um corpus lexical vivo e funcional que se atualiza continuamente no léxico ao ser utilizado pelos falantes em todas as situações da fala, não se constitui em um rol passivo de nomes de lugares, apenas identificando acidentes físicos e/ou humanos. Mas, sobretudo, em um repertório aberto, quer dizer, capaz de se renovar e se resignificar seguindo tendências de ordem biossocial que podem condicionar e/ou influenciar o surgimento, a permanência e/ou a mudança de topônimos (DE MELO, 2015, p. 41-42).

O léxico toponímico, como manifestação dessa nomeação que não se restringe apenas à identificação de acidentes físicos e/ou humanos, mas também como expressão linguística e social, está enraizado na história, nas tradições e nos costumes de um povo.

Desse modo, o topônimo se apresenta como um meio que auxilia na compreensão da própria ideologia do denominador frente ao meio, tendo em vista que “ele se constitui como um verdadeiro fóssil linguístico, por ser um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social, ao levar em consideração o fato de que, subjacente a ele, estão vestígios da identidade e da história desse corpo social” (BASTIANI; ANDRADE, 2019, p. 969). Sobre a questão de ser um “fóssil” linguístico, há de se ressaltar que alguns pesquisadores da linguagem divergem desse conceito quando se trata do signo toponímico, entretanto, dado o escopo deste estudo, este conceito não é discutido à exaustão.

Diferentes comunidades linguísticas e, conseqüentemente, sociedades vão sendo caracterizadas pelo nome que têm, já que a língua como elemento aglutinador e como meio de interação da sociedade está intimamente inserida na relação – sociedade e língua – em que os dois elementos agem um sobre o outro, marcam-se sem demarcarem-se e é no léxico, que restam mais evidentes tais marcações. Desse modo, como aponta Mendes:

[...] o léxico é dinâmico porque está atrelado à sociedade – evolui e sofre variações e mudanças em função da língua e da sociedade que a detém. É variável e mutável, tendo, muitas vezes, sua forma “desgastada”, dado o fato de se encontrar sempre em constante uso. Contudo, nem sempre percebemos tal fato, já que sincronicamente não conseguimos notar que palavras se tornam arcaicas, que outras são incorporadas, ou, ainda, que outras mudam seu sentido. O certo é que tudo isso ocorre de forma gradual, lenta e, por isso, quase imperceptível (MENDES, 2010, p. 25-26).

Dessa maneira, entender a unidade léxica é fundamental para perceber a real importância da palavra e do seu uso em diferentes sociedades. Sabendo disso, integrando-se às ciências do léxico, a ciência onomástica contempla os estudos da Toponímia, disciplina que investiga o léxico toponímico através da pesquisa dos nomes próprios de lugares, conhecidos como topônimos. Conceitualmente,

A onomástica, do grego *ὄνομα* (transl. *Onoma*, nome), estuda os nomes próprios de pessoas, os antropônimos, objeto da antroponomástica, do grego *ἄνθρωπος* (transl. *Anthropos*, pessoa, homem), e os nomes de lugar, os topônimos, do grego *τόπος* (transl. *Topos*, lugar), restritos ao domínio da toponomástica (SANTIAGO, 2018, p. 32).

Essa ciência procura recuperar elementos cognitivos, visto que a nomeação é uma atividade inerentemente humana, que direcionam a escolha de um nome para um determinado lugar. No Brasil, como já fora dito, de acordo com as concepções de Seide (2013), os estudos onomásticos ganharam maior visibilidade a partir dos projetos de pesquisa desenvolvidos e divulgados pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick, da USP (Universidade de São Paulo). Em suas pesquisas iniciais, a pesquisadora levantou várias questões concernentes à definição, ao estatuto e às funções do nome próprio. Para Dick (1990, p. 178),

[...] enquanto os topônimos definem e precisam os contornos de qualquer paisagem terrestre, os antropônimos se referem, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais, ao mesmo tempo que permitem e possibilitam aos núcleos assim constituídos a aquisição de uma personalidade vivenciada através da nominação de seus membros.

As duas áreas, Toponímia e Antroponímia, constituem campos semânticos de dimensões variáveis da Onomástica – a pessoa e o lugar – mas conforme descreve Dick (1990) têm na mesma uma relação de inclusão, se encontrando no *onoma*, área de intersecção. Vejamos:

[...] o conceito tradicional de Toponímia envolve o significado etimológico do próprio vocábulo (do grego *topos*, “lugar” + *onoma*, “nome”), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação: física (rios, córregos, morros etc.) e humana, antrópica ou cultural (aldeias, povoados, cidades etc.). A Toponímia antes de tudo é um imenso complexo línguocultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente, constituindo-se como um fato do sistema das línguas humanas, que revela valores locais presentes ou pretéritos (DICK, 1990, p. 119).

Santiago (2018), postula que a unidade onomástica, o nome, diferencia-se das demais lexias de uma língua em diversos aspectos. No que diz respeito à ortografia, essas lexias são grafadas em letras maiúsculas, com o intuito de distingui-las dos demais signos linguísticos, os quais, em muitos casos, tiveram seus significantes reutilizados no processo de nomeação. “Esse processo de reutilização de significantes pode ser verificado tanto a nível toponímico, e. g., *Bonito* (Bahia), *Natal* (Rio Grande do Norte), *Tubarão* (Santa Catarina), como antroponímico, e. g., *Amora*, *Esmeralda*, *Divino*” (p. 32).

A Onomástica, seja por meio da toponímia ou antroponímia, constitui um excelente meio para tomarmos conhecimento dos usos e costumes dos povos, do *modus vivendi* das comunidades linguísticas que ocuparam um determinado espaço, já que como aponta Dick (1990) eles foram capazes de preservar a memória coletiva, principalmente nas sociedades ágrafas, onde sua importância é mais notável pela ausência de outras fontes de análise, podendo ser definidos como um outro modo de “simbolização da verdade”.

### 1.3 Toponomástica

A Toponomástica<sup>4</sup>, é uma disciplina que estuda os nomes de lugares, ou seja, os topônimos. Do ponto de vista linguístico, é uma ciência que se compreendida como recorte do léxico de uma língua, possui como eixo central de seus estudos “o signo toponímico, seus significados, sua etimologia, sua formação, sua variação e mudança, como também os aspectos históricos, culturais e ambientais que influenciaram a criação de um nome a partir da

---

<sup>4</sup> Cf. item 1.1 “Coseriu (1999) faz uma diferença entre os dois termos, a saber: “toponomástica” é a área da Onomástica que estuda os designativos de lugar, a disciplina que os estuda; já “toponímia”, como conjunto de topônimos de determinado lugar”.

intencionalidade que impulsiona o nomeador” (DE MELO, 2015, p. 43). É importante esclarecer que a palavra toponímia é comumente empregada para referir-se ao estudo dos topônimos. A toponomástica refere-se a um conjunto de topônimos, que tem algo em comum como lugar. De acordo com Santiago (2018, p. 36),

[...] a pesquisa em toponomástica teve origem com a obra *Les noms de lieu de La France*, de autoria de Auguste Longnon, publicado postumamente no ano de 1923. No Brasil, os primeiros estudos na área foram feitos por Sampaio (1901), Cardoso (1961) e Drumond (1965), entretanto, cabe destacar aqui a pesquisa realizada por Maria Vincentina Dick em sua tese intitulada *A Motivação Toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos* (1980), de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa em toponomástica no país. A autora também coordenou projetos como o *Atlas Toponímico do Brasil* (ATB) e *Atlas toponímico do estado de São Paulo* (ATESP), ambos servindo como referência teórico-metodológica para os demais projetos desenvolvidos no país, como o projeto *Atlas Toponímico da Bahia* (ATOBAH), iniciado em 2015.

Além de estudar os nomes de localidades, a Toponomástica se ocupa dos nomes de rios e de outros cursos de água; dos nomes dos montes e de outros relevos; em suma, estuda todos os nomes de lugares, sejam eles de natureza física ou humana. Para Mendes (2010), em grande parte, esse nome é marcado ideologicamente por retratar a visão do denominador em tempo e espaço determinados. Nessa perspectiva, é possível constatar que os estudos toponomásticos vão além da investigação etimológica dos designativos atribuídos aos espaços geográficos. Esse ramo de estudos leva em consideração, segundo Zamariano (2015, p. 194),

[...] o contexto (as condições) em que o topônimo foi criado, ou seja, os fatores que motivaram o denominador para a escolha de determinado nome para batizar os acidentes. E é nesse fator que repousa a atualidade e a importância da investigação toponímica entre os meios de reflexão linguística. O método empregado na Toponímia é o da investigação do pormenor tópico-nominal, que pode ser recolhido no registro de cartas geográficas (base documental) ou como variação, no exame do espaço ou do objeto, pelo próprio pesquisador (trabalho de campo). Assim, a partir do conjunto dos elementos mapeados ou levantados numa pesquisa de campo é que surge o texto onomástico.

Nesse aspecto, o uso da língua ultrapassa a mera função nomenclatória, ela reflete o modo de viver, uma cultura e as formas dela representar seus valores. As orientações e as perspectivas atuais da Toponomástica revelam, também, seu carácter interdisciplinar, isso porque, de acordo com Matos (2009) como corpo teórico, pode considerar várias possibilidades de abordagem do seu objeto de estudo. Portanto, dependendo da formação e dos objetivos do pesquisador e da pesquisa a ser empreendida,

[...] a tessitura dos estudos toponomásticos pode voltar-se para várias ciências e disciplinas correlatas, como a História, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia Social, a Biologia, a Arqueologia, a Linguística. No que se refere às áreas relacionadas diretamente com a Linguística, destacamos a Terminologia, a Dialectologia, a Lexicologia, a Semântica Toponímica ou a Onomástica Semântica, e subáreas como a Etnotoponímia e a Etnotoponímia Comparada (MATOS, 2009, p. 42).

Segundo Vieira (2001), as pesquisas em toponomástica desenvolvem-se em duas frentes: uma linha documental, com a consulta de documentos históricos, e uma linha de campo, com a coleta de dados não documentados a partir de entrevistas e pesquisas. As duas linhas não trabalham isoladamente, mas, pelo contrário, se complementam.

A toponomástica documental é a área que mais depende da filologia, visto que, parte do texto para estudar o topônimo. A pesquisa documental é de extrema importância em toponomástica, pois é a partir dos dados que se resgatam informações pouco acessíveis aos falantes da língua, principalmente quando se trata do estudo de topônimos com significados opacos.

Esses topônimos são chamados de arquivos opacos pois, “são topônimos de natureza psíquica e cultural em que o significado não é transparente, já que o vínculo denominativo se perde com o passar dos anos [...], podendo o topônimo, por isso, vir, até mesmo, a ser substituído” (SEABRA, 2006, p. 1958), o que não ocorre com os arquivos permanentes, que são, geralmente, de natureza física.

Sabe-se, segundo Matos (2009) que qualquer espaço (terrestre), a partir do instante em que reflete alguma significância para o Homem, é nomeado, no entanto; muitas vezes, a designação não é registrada, datada ou já se perdeu na memória; mesmo assim, a identificação de um lugar assume aspectos diferenciados para uma comunidade. Esses aspectos estão relacionados, preferencialmente, com os jogos de poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos que podem ser estudados tanto pela Toponímia quanto pela Geografia.

Entretanto, o caráter significativo das formas linguísticas, quando em aplicação toponomástica, não pode ser estudado considerando apenas um ângulo estrutural dos constituintes. Uma vez que como disciplina, ela é dinâmica revelando fatos históricos, geográficos, linguísticos e culturais de um grupo social. Como apontado por Matos (2009, p. 47), esse caráter interdisciplinar da Toponomástica denota “não só os traços semânticos vistos pelo denominador no ato da nomeação, mas também, e principalmente, elementos culturais, valores e crenças de um povo”. Deve-se, assim, voltar-se para todos os possíveis aspectos das ciências e disciplinas complementares de que dispõe a Toponímia para que se chegue a uma efetiva caracterização do topônimo.

Diante disso, devido à natureza histórica de um topônimo, “não é possível revisitar o conceito de um topônimo sem colocá-lo em uma relação histórica, espacial e linguística” (CAMARGO, 2018, p. 43). Pensando nisso, a Toponomástica tem uma preocupação antiga,

[...] de identificar um lugar, uma entidade do espaço geográfico, com um nome, para dar visibilidade linguístico-social a esse lugar e inseri-lo nas interações sociais entre os sujeitos falantes. Na perspectiva cognitivista, também adotada na toponímia, nomear é um ato idealizado pela atividade mental do homem seminal para a própria interação linguística, um ato linguístico que leva o homem a agir, e dessa forma, as classes naturais de seres são nomeadas: os animais, as plantas, os homens, os acidentes geográficos, bem como as entidades ideais ou abstratas do universo (CASTRO, 2017, p. 157).

Segundo Mano (2006), como parte do repositório de palavras que compõe uma cultura (incluindo o léxico) a toponímia compõe o repertório cultural de uma região e, por meio dela, o nomeador reconhece a natureza e se põe frente a ela situando-a, como a si mesmos, no tempo e no espaço. Ela se concretiza como: “[...] resultado de um longo processo de sedimentação de experiências coletivas. Não é algo abstrato, mas conhecido na atividade cotidiana e reconhecida pela inscrição desses atos, através do tempo, no espaço físico e na memória coletiva. [...] resultado de um longo processo de ocupação” (MANO, 2006, p. 75).

Dessa forma, os nomes de lugares, de acordo com Melo (2015), não podem ser vistos apenas como um individualizador e identificador das características de uma localidade ou como um delimitador espacial, mas como uma representação intencional e objetiva que o nomeador, por meio da língua, “faz conhecer a partir da atividade linguística uma demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio geográfico de dados grupo(s), portanto são de suma relevância no léxico da língua” (DE MELO, 2015, p. 49). São frutos, portanto, de uma escolha por parte do nomeador a partir de seus valores, visão de mundo e percepção que são determinados histórica e socialmente.

#### **1.4 O nome, o nome próprio e seu referente**

De acordo com Biderman (1998), é a “partir da palavra que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas, a denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem” (BIDERMAN, 1998, p. 88). Sabendo disso, é de aceitação geral que, o signo tem a língua como seu sistema mais representativo por ser o mais utilizado dentre os sistemas semiológicos.

No contexto dos estudos onomasiológicos, o signo é motivado no momento de sua criação, por características distintivas do referente, as quais são individualizadas e ressaltadas, motivando o nome apostro e esse referente.

Cumprido ressaltar que em relação aos estudos dos nomes, o nome próprio faz parte dos objetos de estudo da Linguística e da Filosofia da Linguagem, tem assim, também, lugar de destaque nos estudos Filológicos. “Cada escola ou corrente de pensamento propõe sua visão particular acerca daquilo que define um nome próprio como tal, bem como a metodologia a ser empregada quando se trata de estudá-los” (SEIDE, 2013, p. 166).

No ato de nomeação, considerando os conceitos de Saussure (2006), o mote denominador, estimulado mentalmente, aciona o signo, interligando a forma linguística (lexia) e a realidade (referente), gerando o topônimo, que é a representação do acidente físico ou humano. Como nome próprio de lugar, é preciso que o topônimo seja revisitado enquanto signo e enquanto referência, para que suas características espaço-temporais sejam recuperadas e que seu conceito possa ser linguisticamente confirmado.

Para Dick (1990, p. 34), ainda que, na língua, o signo participe genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto: “o elemento linguístico comum, revestido de função onomástica ou identificadora de lugar, integra um processo relacional de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada”.

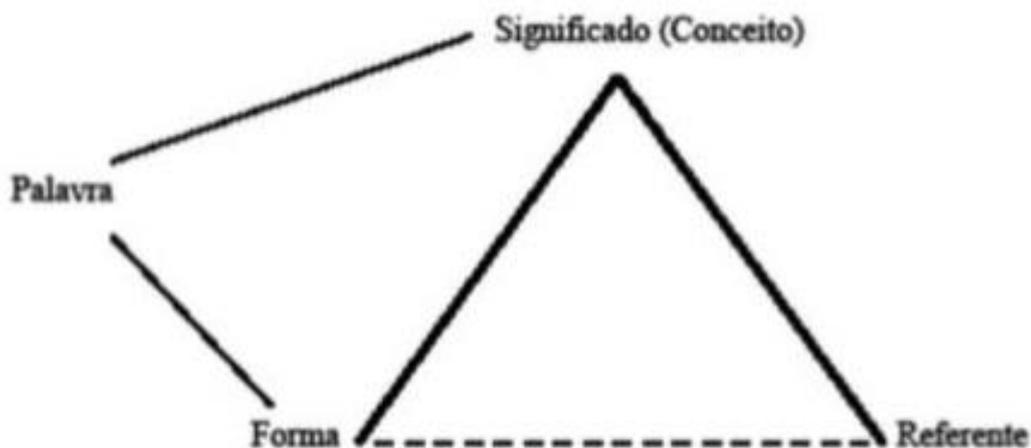
Melo (2014, p. 120) afirma que “o nome próprio é um fato da língua que não apenas identifica, mas também significa, por meio da investigação da motivação dos signos em função toponímica, é possível recuperar diversos aspectos da realidade de um grupo social”. Portanto, refletir sobre os topônimos brasileiros é retratar a história sociocultural da constituição lexical da língua portuguesa no país, na medida em que “eles veiculam em seus conteúdos semânticos características geofísicas, ideológicas, políticas, culturais e históricas registradas numa memória toponímica, como também, mostrar os fundamentos do nome próprio em nossa civilização” (DE MELO, 2015, p. 41).

Na teoria de Saussure, sobre a natureza arbitrária do signo e seu caráter dicotômico e indissociável entre significante e significado, os nomes próprios não exercem papel principal, mas sim uma pequena figuração, uma vez que segundo Camargo (2018) o linguista desconsidera o referente, essencial à compreensão da nomeação de lugares e pessoas e, portanto, do signo linguístico em função onomástica. O referente é

[...] parte integrante e essencial do signo linguístico. E é por isso que o modelo dicotômico do signo linguístico proposto por Saussure se vê definitivamente superado pela matriz triádica do triângulo semiótico. Como bem diz Blikstein não é porque a realidade é extralinguística que o referente deva ficar fora da Linguística. De fato, a significação se origina e lança as suas raízes no universo cognoscível, interpretado e simbolizado por palavras. E o conjunto dessas palavras vem a ser o léxico da língua (BIDERMAN, 1998, p. 117).

A Semiologia, por sua vez, em relação ao signo linguístico, estabelece uma terceira entidade à dicotomia significante x significado de Saussure: o referente. Essa nova percepção, do signo, de acordo com Camargo (2018) é o que nos permite refletir sobre a elaboração do triângulo semiótico de Lyons (1979), relacionando-o à natureza referencial da Onomástica e, portanto, à especificidade dos nomes próprios, uma vez que o papel da realidade linguisticamente transformada (referente) na origem do nome é considerado. Vejamos a figura 1, que esquematiza o triângulo semiótico de Lyons (1979):

Figura 1 – Triângulo semiótico de Lyons (1979)



Fonte: LYONS, 1979, p. 67.

Por meio desse triângulo da significação (semiótico) —é possível descrever os três principais fenômenos comuns aos nomes próprios: sua origem direcional – conceito > forma > referente, seu posterior esvaziamento semântico – forma > referente e a possibilidade de resgate deste último, como o faz Guérios (1973).

No caso dos nomes próprios, em específico os nomes próprios de lugar ou topônimos, tal metodologia partiria do referente e, posteriormente, de sua constituição linguística enquanto signo (palavra) – para se chegar ao conceito.

Visto que, no que diz respeito às relações de referência, Castro (2017) afirma que usamos linguisticamente os topônimos principalmente para funções referenciais na aquisição

de informações e para a situabilidade espacial em relação a outros lugares, em nossa vida cotidiana.

Dessa forma, esse conjunto de nomes que referem os lugares, que dizem sobre a natureza física, a cultura e a história de um lugar é organizado do ponto de vista linguístico, constituindo o conjunto léxico de uma língua.

Já no caso dos antropônimos, partir-se-ia do signo e das especificidades linguístico culturais do nome (contextualização histórica, cultural e geográfica), para descrever suas possíveis motivações, já que, ainda para Lyons (1979), o nome passa a ter referência, mas não sentido, uma vez que sua significação já não é mais nada além dele mesmo. De acordo com as ideias de Lyons, Biderman (1998, p. 117) postula que

[...] o conceito (significado) é tributário de uma realidade que o antecede e precede, realidade essa que nossa percepção/cognição percebe e interpreta, criando o objeto mental ou unidade cultural ao qual atribuímos um nome, isto é, a palavra ou significante. Assim o referente e o universo de que ele procede geram o fenômeno da significação.

Posto isso, resta entendido que o referente é essencial para a compreensão da formação do signo linguístico – seja concretizado no léxico comum ou especializado – dessa forma, propõe-se a diferenciação entre o signo linguístico e onomástico como uma particularidade de grau e função. Para Bréal (1992), a única peculiaridade que os nomes próprios apresentariam em relação aos demais está em seu caráter significativo, na sua riqueza semântica:

[...] se se classificam os nomes segundo a quantidade de ideias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais [...] do ponto de vista semântico, os nomes próprios são substantivos por excelência. Um adjetivo comum como Augustus, tornando-se o nome de Otávio, sobrecarregou-se de uma quantidade de ideias que lhe eram primeiramente estranhas. Além disso, basta aproximar a palavra César, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã Kaiser, que significa “imperador”, para ver que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum (BRÉAL, 1992, p. 126).

Dessa forma, a diferença entre o signo linguístico e onomástico não é de natureza, mas sim de grau e função, uma vez que, respectivamente, “os nomes próprios são de segundo grau: nomes de segunda potência” (BRÉAL, 1992), nomes de nomes (nomeiam uma coisa e a individualizam), estando essencialmente ligados à função identificadora do referente, enquanto o signo linguístico se caracteriza somente pela função de significar. É somente nesse sentido que entendemos o signo onomástico enquanto particularidade do signo geral e, portanto, da formação do léxico, no qual estão os “nomes próprios: lexicalmente vazios, mas

onomasticamente ricos em significação” (BRÉAL, 1992, p. 125-126). Para Marcato (2009, p. 19):

[...] o signo onomástico é formado por um significante, uma entidade fônica que se reporta diretamente a um indivíduo, que tem a função de identificar um indivíduo no interior de uma coletividade, sem a passagem por um significado relativo a um elemento ou objeto, individual e concreto, isto é, a um referente.

Assim, em razão da ausência da necessidade de um significado para alcançar o seu referente, no ato comunicativo, e/ou pelo fato do nome atribuído ao lugar não fazer parte da realidade linguística das novas gerações de falantes, os topônimos, com o tempo, conforme Santiago (2018) passam por um processo de apagamento dos conhecimentos relativos à motivação para a escolha do significante no ato da nomeação. Porém, através do estudo do léxico é possível resgatar a cultura, a língua revelando a realidade histórica e social da comunidade linguística.

Segundo Dick (2001, p. 82), o que está subjacente em qualquer discussão acerca do conceito de nome e de nome próprio ainda é a maneira como os signos (especialmente os locativos) “recortam seletivamente a realidade extra verbal incorporando-a ao plano do conhecimento”.

#### **1.4.1 O nome próprio de lugar: considerações sobre o ato de nomear**

Cabe reiterar mais uma vez que as unidades léxicas que nomeiam os acidentes geográficos são denominadas topônimos, e o estudo desses itens lexicais, assim como do processo de nomeação que os caracterizam são objetos de investigação da Toponímia, que trata da análise dos nomes próprios de lugares, dos *topos*. O topônimo, segundo Dick (1990), geralmente tem relação com a história e a cultura da localidade que ele nomeia.

[...] a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p. 19).

Entende-se, dessa forma, que o estudo dos topônimos evidencia a inter-relação homem, ambiente, língua e cultura, uma vez que a língua de um povo, como defendeu Sapir (1969) reflete o ambiente, já que recebe dele influência. Partindo desses pressupostos, nomear aquilo que de fato existe fica estabelecido como a primeira fase no roteiro científico do anseio por

desvendar tudo que cerca a humanidade. Num percurso em que as similaridades são encontradas e, de maneira contrária, se diferencia as características que singularizam esses referentes em indivíduos, “o homem, foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas” (BIDERMAN, 1998, p. 91-92).

Cada língua apresenta recursos linguísticos distintos disponíveis para a nomeação e de acordo com Seide (2013), havendo línguas utilizadas por diversos povos e nações, há uso e valores diferenciados para os recursos linguísticos à disposição do usuário. Fazendo uso de sua habilidade linguística para nomear tudo aquilo que perfaz o seu mundo,

[...] o homem imprime nos nomes que batizam os elementos que o rodeiam traços de sua cultura, da sua história e da sua ideologia, marcas essas que podem ser visualizadas nos nomes de lugares, ao se levar em consideração as influências socioculturais que incidem sob a escolha desses nomes (BASTIANI; ANDRADE, 2019, p. 968).

Para Siqueira (2015, p. 17), “[...] a nomeação envolve uma série de aspectos que precisam ser verificados para que se possa então pensar em análises linguísticas mais adequadas ao estudo e à categorização da toponímia [...]”. Tais aspectos se encontram igualmente relevantes em um projeto de alteração de nomes (mudança toponímica), ainda que esse projeto não chegue a uma execução oficial e que se utilize do novo termo para se referir a um determinado lugar somente de maneira espontânea.

Siqueira reforça a ideia de que nomear localidades bem como a mudança toponímica “seguem procedimentos que têm origem em fatos históricos, sociais, culturais e ambientais ou ainda se finca em motivações cuja face cognitiva reflete-se em descrições metafóricas ou metonímicas para escolha do nome do lugar a ser designado” (SIQUEIRA, 2015, p. 18). O mesmo ocorre nos casos em que uma nomenclatura espontânea concorre com o topônimo oficial.

Dessa forma, as mudanças sociais sofrem influências ambientais, em face que cada indivíduo que se insere no meio atua de forma a transmitir de geração em geração o que lhe foi passado. A partir disso, podemos notar que as mudanças que acontecem nos nomes são afetadas pelo fator ecológico. Assim, partindo desse pressuposto cabe-se a toponímia investigar também o que levou a mudança do nome de determinado espaço geográfico.

Neste viés, ressalta-se ainda que o ser humano verbaliza seus sentimentos e sensações por meio da palavra, fenômeno linguístico que tem fascinado os estudiosos ao longo da história. Em todas as civilizações, a palavra tem sido motivo de surpresa e de mistério; sempre esteve revestida de poder e de superstição. Para Zamariano (2015, p. 186),

[...] a pertinência da relação entre a palavra e aquilo que nomeia é investigada há séculos. Os mitos mais antigos já apontavam o poder criador das palavras, uma vez que, por meio delas, o homem conhece, transmite o conhecimento do mundo que o cerca, nomeia e identifica as entidades da sua realidade. Na história da especulação linguística até onde podemos retroceder, tem-se considerado que uma das funções fundamentais da linguagem é a de nomear.

Essa utilização de palavras para designar os referentes extralinguísticos é específica da espécie humana. A nomeação resulta do processo de categorização. Entende-se por categorização “a classificação de objetos feita por um sujeito humano, resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente” (BIDERMAN, 1998, p. 88). A categorização supõe também a capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do indivíduo.

O ato de nomear as coisas, portanto, adquire importância fundamental, pois possibilita o encontro do que foi nomeado com sua origem, estabelecendo uma relação em que as palavras “vão além da mera designação dos elementos, pois estão impregnadas de um significado que as transcende” (ZAMARIANO, 2015, p. 187).

O estudo da toponímia então, trata-se de uma disciplina linguística dinâmica e de caráter multidisciplinar, não se limita apenas a investigação dos aspectos linguísticos e à categorização dos nomes de lugar, mas se volta também para a investigação das motivações que impulsionaram o nomeador no ato da nomeação. De fato, o ser humano, desde o princípio de sua vivência, “procura erguer ou encontrar lugares onde possa fixar-se e dar início a aglomerados sociais (vilas, aldeias, cidades), nomeando as localidades onde firmam suas moradias” (DE MELO, 2015, p. 43).

Dar nome dos lugares, para Dick (1990) torna-se um processo que se agrava mais conforme aumenta o distanciamento temporal entre o período histórico em que viveu o nomeador, sujeito responsável pela escolha do nome, e o receptor, sujeito que recebe os efeitos da nomeação de modo passivo. Assim,

[...] considerando-se o nome próprio [de lugar] como fato da língua (como um signo linguístico que identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos ou antropoculturais), o estudo toponomástico servirá como fonte de conhecimento da língua falada numa dada região e como recuperação de fatos físico-geográficos e/ou sócio-histórico-culturais, em parte ou em sua totalidade, por que passaram os povos que habitaram, temporária ou definitivamente a região pesquisada (SOUSA, 2007b, p. 118).

Nessa perspectiva, os estudos onomásticos toponímicos tomam como conceito basilar o termo lugar. Para Siqueira (2021, p. 73) esse lugar “impregnado por elos afetivos entre o

nomeador e o espaço nomeado, adquire conotações simbólicas, reveste de identidades construídas. O lugar está ligado ao contexto das ações e aos eventos de nomeação, sejam estes coletivos ou individuais”.

Dessa maneira, entende-se que o processo de nomeação dos logradouros não é feito de forma aleatória, já que o nomeador representa nos topônimos o/ou os elementos que deseja simbolizar, homenagear, perpetuar.

No primeiro momento dessa atividade, conforme Matos (2009) o ato é espontâneo, obedece às circunstâncias do tempo presente, mas quando esse lugar adquire status de vila, cidade ou município o nome, quando não é mudado, deve se adequar às normas toponímicas estabelecidas por órgãos oficiais que podem ir da mais alta instância nacional, como é o caso do Governo Federal, à instância local, a exemplo do Governo Estadual e/ou Municipal.

De acordo com Isquierdo (2012) prática de nomear lugares evidencia os efeitos da sociedade sobre a língua e a maneira pela qual o mundo nela se apresenta, sobretudo em seu léxico toponímico, refletindo e refratando o modo de ver a realidade exterior e a forma como seus sujeitos sociais organizam o meio que os circunda em seu trato diário com a língua. O nomeador “é um sujeito situado sócio historicamente inserido num tempo e num espaço determinado e os nomes por ele escolhidos para designar uma localidade remetem à intencionalidade do ser humano, em um determinado contexto línguo-cultural” (DE MELO, 2015, p. 49).

Consequentemente, entender o processo de motivação da seleção de um determinado lexema para a nomeação de um lugar é algo complexo que se encontra sujeito aos limites impostos pelo sistema linguístico utilizado, ao olhar e interesses do sujeito nomeador e às características específicas do lugar nomeado. Ao investigar esses fatores, para Santiago (2018), os estudos toponomásticos revelam, além de informações sobre o topônimo, dados interessantes sobre a história do lugar e da(s) sociedade(s) que nele esteve.

Logo, quando se nomeia cidades no Brasil de forma primitiva e/ou quando se muda estas denominações ao longo do tempo, diferentes fatores podem motivar, influenciar e até determinar a escolha e/ou a mudança do topônimo, tanto de ordem físico-ambiental quanto antropocultural. Assim, conforme De Melo (2015) os topônimos adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear lugares, pois podem designar várias iniciativas, como também, podem ser utilizados para propósitos muito diferentes e proceder de diversas intencionalidades.

## 1.5 Língua e Cultura

Existe uma conexão fundamental entre a língua e a cultura, onde a língua é considerada uma parte autônoma da cultura, mas também influenciada por ela. Essa interdependência entre os conceitos de língua e cultura destaca-se nas discussões que ressaltam sua ligação intrínseca, já que a cultura se estabelece e se dissemina por meio da linguagem.

Se compreendermos a cultura como um conjunto de valores, costumes e crenças que moldam as práticas e o estilo de vida de um grupo específico, onde a língua atua como seu elemento regulador, perceberemos que os indivíduos pertencentes a esses grupos estão em constante transformação diante dos estímulos que os envolvem. Assim, a língua e a cultura estão intimamente entrelaçadas, uma vez que a língua é uma ferramenta sociocultural particular que expressa a visão de mundo desse grupo por meio da comunicação verbal.

A linguagem em si contém todos os elementos e marcos culturais, por meio dos quais as palavras podem revelar os valores de uma comunidade. A linguagem é a personificação do modo de pensar e o reflexo do modo de percepção do mundo, e a história de seu povo, seus valores e o que produzem

A linguagem é nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento, ela nos envolve e nos habita, assim como a envolvemos e a habitamos. Ter experiência da linguagem é ter uma experiência espantosa: emitimos e ouvimos sons, escrevemos e lemos letras, mas, sem que saibamos como, experimentamos e compreendemos sentidos, significados, significações, emoções, desejos, ideias. [...] É que a linguagem tem a capacidade especial de nos fazer pensar enquanto falamos e ouvimos, de nos levar a compreender nossos próprios pensamentos tanto quanto os dos outros que falam conosco. As palavras nos fazem pensar e nos dão o que pensar porque se referem a significados, tanto os já conhecidos por outros quanto os já conhecidos por nós, bem como os que não conhecíamos e que descobrimos por estarmos conversando (CHAUÍ, 2006, p. 155).

Dessa forma, a linguagem é a base que sustenta toda a vida social, permitindo que nos inscrevamos neste ou naquele lugar. Como manifestação concreta da linguagem, é por meio da língua que os indivíduos constroem as suas relações nos diversos ambientes em que interagem no interior de uma sociedade.

É a língua o instrumento que viabiliza essa interação, bem como a expressão de ideias, sentimentos e intenções. Nessa perspectiva, “a língua pode ser entendida como um fato social e, a partir dessa compreensão, analisada a partir de sua relação com a estrutura de uma sociedade” (BASTIANI; ANDRADE, 2019, p. 968).

A cultura é um processo contínuo de acumulação de conhecimentos e práticas que surgem das interações sociais entre os indivíduos. Esse processo é mediado linguisticamente e possibilita a transmissão e disseminação da cultura entre gerações. Por isso, entendemos que a cultura de um grupo social se organiza como um todo, carregada por cada indivíduo, e, afinal, cada um é parte importante da construção cultural.

Cada indivíduo não é apenas um portador e um multiplicador, mas também um criador de cultura. Em outras palavras, os seres humanos são seres culturais, e é a cultura que pode adaptá-los a vários ambientes. A cultura é, portanto,

[...] acumulativa, pois acumula conhecimentos e experiências ao longo das gerações, e é também produção, construção de conhecimentos. Estes conhecimentos e experiências são transmitidos ao homem por seus semelhantes, a partir dessa transmissão são (re)vividos e (re)atualizados, gerando novos conhecimentos e novas experiências. Por isso, a cultura não é resultado da ação isolada de um único indivíduo, mas de uma coletividade e se configura como sinônimo de criação, de aprendizagem e de cooperação. Ela é modificada e enriquecida continuamente, num processo coletivo. Daí afirmarmos que a cultura é o instrumento que permite a inserção do indivíduo no meio social, pois ela o instrumentaliza a conviver socialmente e a adotar padrões de comportamento aceitos por seu grupo social (COELHO; MESQUITA, 2013, p. 28).

Na verdade, tanto a língua quanto a cultura sofrerão transformações frente às mudanças que atingem a sociedade constantemente. O que reforça a relação indissociável entre os dois conceitos. No que tange os estudos toponímicos, ao estudar os nomes próprios de lugar e suas mudanças no decorrer do tempo, eles compõem um caminho para o

[...] conhecimento do modo de vida das comunidades linguísticas que ocupam ou já ocuparam um determinado ambiente geográfico, histórico e cultural, no momento que um sujeito-nomeador determina um nome a um acidente humano ou físico revelam-se aí, tendências sociais, políticas, religiosas, culturais, entre outras. Além disso, estas pesquisas viabilizam a compreensão de traços linguísticos e do homem denominador e, conseqüentemente, permite a percepção de vestígios das contribuições relativas aos aspectos do meio geofísico e sociocultural em que os topônimos foram gerados e suas transformações ao longo do tempo (DE MELO, 2015, p. 43-44).

Sapir (1969, p. 20) já dizia que a língua é “um guia para a realidade social”, evidenciando a necessidade de pensar a língua em sua relação imanente com a sociedade e com a cultura, isto é, considerando-a como parte da realidade sociocultural de uma comunidade, e vendo no léxico a projeção do universo de significados e experiências inerentes ao contexto de mundo de uma comunidade de falantes.

É importante não confundir o nome do lugar com a localidade propriamente dita, isto é “o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações, carregando em sua estrutura

sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador” (CARVALHINHOS, 2009, p. 83).

Por fim, o indivíduo nomeador enquanto parte dessa sociedade, compartilha sua cultura, e está em constante processo de construção seja ela linguística ou cultural. Como ser social, ele é marcado pela necessidade de interagir com sua realidade, pois necessita comunicar-se com o outro. Por meio dessa comunicação, ele partilha sua visão de mundo, suas experiências, sensações, percepções, enfim, sua cultura. Portanto, a língua de um grupo social é parte de sua cultura.

### 1.6 O signo linguístico em função toponímica

O signo linguístico, para Zamariano (2012) apesar de estar inserido entre os demais signos no sistema linguístico, possui algumas particularidades que o distinguem dos demais nomes próprios. O signo toponímico, que antes de qualquer outra coisa, é um signo linguístico, é motivado principalmente pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador. Além de diferir dos demais signos no que se refere à motivação, tem particularidade específica também quanto à função. Sendo o topônimo um nome próprio, reportamo-nos ainda aos estudos de Tavares que apresenta alguns critérios propostos para se definir um signo como nome próprio. Assim:

O primeiro critério discutido é o da *unicidade*, ou seja, o “nome próprio é aquele que significa um ser individual”. Mas, de acordo com o próprio autor, essa noção não considera o fato de que pessoas e lugares diferentes têm, muitas vezes, o mesmo nome. O segundo critério é o da *identificação*, que pressupõe que o nome próprio serve apenas para identificar um ser, particularizando-o dentre os de entidades semelhantes. Um outro critério, o terceiro, é o da *designação contra a conotação*, que considera que os nomes próprios não são conotativos, ou seja, apenas designam indivíduos que por eles são chamados e não indicam nenhuma característica do indivíduo (TAVARES, 2009, p. 100-101).

Contudo, de acordo com Ullmann (1964, p. 155), se os nomes próprios não significam nada isoladamente, “estão cheios de ricas conotações quando se aplicam a pessoa ou lugares conhecidos, quer pelo locutor, quer pelo ouvinte”. Seguindo, o quarto critério é o do *som distintivo*. Para ele, as coisas chamadas com nomes próprios são vulgarmente membros de um conjunto, no qual as semelhanças superam as diferenças, de modo que, por assim dizer, são “precisos rótulos especiais para marcar a distinção. E, em segundo lugar, o nome efetivo força a nossa atenção com maior insistência que as outras palavras”.

O quinto critério, para definição de um nome próprio é o *critério gramatical*, “que varia muito de uma língua para outra. A colocação do artigo, por exemplo, é um dos itens mais considerados quando se fala em critérios gramaticais para definição de nome próprio” (TAVARES, 2009, p. 101).

Para Dick (1992), a ideia de identificação dos seres, atribuída aos nomes próprios, defendida por alguns teóricos da linguagem, não deve ser aceita com rigor nos estudos onomásticos, uma vez que topônimos e antropônimos, além de identificarem, possuem a função de significar, mesmo que essa significação não seja mais “transparente” em razão, por exemplo, do distanciamento temporal e espacial de suas condicionantes. Assim,

[...] se o nome próprio é um fato da língua que não apenas identifica, mas também significa, é nesse sentido que se costuma afirmar que ele carrega em si os reflexos de ordem natural e de ordem social e, por meio de seu estudo, é possível recuperar diversos aspectos da realidade de um grupo, ou seja, as características das línguas faladas pelos indivíduos de determinada região, os aspectos da geografia, da história local, entre outros (TAVARES, 2009, p. 101).

O topônimo, dessa forma, é um signo linguístico semelhante aos demais signos e pertencentes ao mesmo sistema, mas não têm as mesmas características, ou seja, não possuem, como outros, uma natureza arbitrária ou convencional.

O signo toponímico é o signo linguístico na função onomástica designativa de um espaço geográfico e/ou humano, estudá-lo é compreendê-lo em suas diversas potencialidades, identificando as razões que fazem com que o falante escolha um determinado nome, dentro de um eixo de possibilidades sêmicas para nomear um lugar, desvendando pontos de convergências entre léxico toponímico e mundo exterior (DE MELO, 2015, p. 46).

Assim é possível resgatar fatos históricos, geográficos, etnológicos e sociais das regiões contempladas pelo estudo dos topônimos, já que ele pode contribuir de maneira significativa para verificação das ideias de um grupo, de sua cultura, de sua história, enfim, da realidade. Dick (1990, p. 22), postula que

[...] se, em nível de língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou convencional, no plano da Toponímia ela se apresenta essencialmente motivada, ou impulsionada por fatores de diferentes conteúdos semânticos, que poderão conduzir à localização de áreas toponímicas, em correspondência, ou não, às respectivas áreas geográfico culturais.

Estes signos toponímicos adquirem, então, sentidos por meio de intersecções línguoculturais que “estão atreladas a um sistema de práticas e valores, crenças e interesses

coligados aos sujeito-nomeadores e continuam firmados nos topônimos mesmo no momento que a motivação toponímica, presente no ato de nomear, não mais exista de fato” (DE MELO, 2015, p. 46). Os estudos toponímicos não buscam apenas a origem do topônimo, mas também a motivação que antecede a escolha do designativo.

Ainda para Dick (1990), no que diz respeito aos topônimos, “identificar acidentes geográficos, significando, é, sem dúvida, a primeira qualidade que se infere do signo toponímico” (p. 365). Eles podem viabilizar a compreensão de possíveis relações da língua com elementos internos e externos ao sistema linguístico. Estes locativos fazem parte,

[...] de um vocabulário sócio-histórico, no qual se pode reconhecer informações que se inter-relacionam com a Toponímia e o mundo biossocial no qual o signo toponímico está inserido. Quanto aos processos de formação lexical, eles podem ser caracterizados como elemento específico simples, elemento específico composto e elemento composto híbrido conforme sua estrutura morfossintática. O topônimo é formado por dois termos: o primeiro chamado de elemento genérico que é relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes e o segundo termo é o elemento específico, que é o topônimo propriamente dito, é o que particulariza a noção espacial (DE MELO, 2015, p. 46).

Quanto ao seu valor semântico, para este autor, é interessante destacar, ainda, que o signo toponímico se contrapõe ao signo linguístico pela sua motivação, porém não há uma relação direta entre linguagem e mundo, e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente. Assim, “é por meio da língua que dados são fornecidos para que se possa recuperar simbolicamente a realidade sociocultural e histórico-geográfica de um povo na construção do significado linguístico” (DE MELO, 2015, p. 46-47).

Camargo (2018, p. 33), chama a atenção que se observarmos os postulados de Saussure, veremos que o signo linguístico não é uma nomenclatura, ou seja, não referencia de forma motivada objetos da realidade; entretanto, “os nomes próprios – ainda que em sua origem – apresentam essa condição de signo motivado, referenciador, identitário, rotulador, ‘nomenclatura’<sup>5</sup>”.

Já Santiago (2018) alude que a questão da frequente reutilização de signos, tanto os que já integram o sistema linguístico, como os que provêm de outras línguas, principalmente em processos de dominação territorial, atesta para outra característica do signo onomástico: sua circunscrição em outra instância da língua.

---

<sup>5</sup> Grifo do autor.

Assim, pode-se dizer que a língua é composta por um nível lexical mais amplo, ao qual os estudos lexicais geralmente estão associados, a onomástica, em que um vocábulo ao deixar o seu uso pleno na língua, transita para o uso onomástico, revestindo-se de caráter denominativo.

Os signos toponímicos são veículos de cultura, marcam influências, atitudes, tradições e falares. “Eles atuam na construção de sentidos, em seus objetivos pragmáticos e discursivos, ressaltando a relação simbólica existente entre linguístico e seu contexto extralinguístico na ação de nomear lugares” (DE MELO, 2015, p. 47). Daí se percebe, pois, o valor patrimonial destes locativos.

Os nomes de lugares recebem influências internas e externas à língua que podem ser únicas ou combinadas. Essas motivações toponímicas podem vir das condições geofísicas, históricas, culturais, sociais, etimológicas, semânticas, ideológicas, entre outras. Com efeito, “os nomes de cidades brasileiras trazem informações diretas ou indiretas referentes à história do lugar ou e/ou do grupo social que constitui o local nomeado e seus significados resultam dos diferentes contextos sócio-históricos em que esses signos toponímicos surgem” (DE MELO, 2015, p. 50).

O estudo do signo linguístico em função toponímica pode revelar elementos importantes dos valores axiológicos da história de um lugar. Dessa forma, o próximo capítulo apresenta uma breve análise do topônimo Goiás, já que se trata de um estudo sobre a toponímia goiana e a raiz *goyá* (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante, parecido, ou gente da mesma raça’ ou conforme documentos antigos, tem-se *guayás* e *guayazes* para designar uma nação selvagem que vivia em Goiás antes das bandeiras) entra na formação de inúmeros designativos de lugares goianos.

Siqueira (2015) afirma que a raiz tupi *goyá* compõe a formação de vários topônimos goianos desde século XVII, até os séculos XVIII e XIX, e mesmo já no século XX. Por ser o nome que a região era conhecida essa raiz vai ser base para nomeação de inúmeros outros lugares que foram se formando ao longo do tempo. São vários topônimos formados por derivação ou composição com esta raiz: Goiânia, Goianira, Goianésia, Goiatuba entre outros. E ainda, o nome Goiás integra nomes compostos, como Palmeiras de Goiás, para indicar que há outro município brasileiro (no estado da Bahia) com este nome, portanto deve-se especificar qual Palmeiras. Outros exemplos: Buriti de Goiás (há Buriti no Maranhão), Corumbá de Goiás (há Corumbá no Mato Grosso do Sul), Santa Bárbara de Goiás (há Santa Bárbara em Minas Gerias); para citar apenas alguns.

O próximo capítulo traz ainda, um breve histórico da cidade de Palmeiras de Goiás, enfocando dados mais relevante e relacionados ao estudo toponomástico tais como: História, formação, dados geopolíticos, dados populacionais.

## **CAPÍTULO II – PALMEIRAS DE GOIÁS: ESTUDOS TOPONÍMICOS QUE REVELAM SUA HISTÓRIA**

*Goiás, minha cidade... Eu sou aquela amorosa de tuas ruas estreitas, curtas, indecisas, entrando, saindo uma das outras.*

*Cora Coralina.*

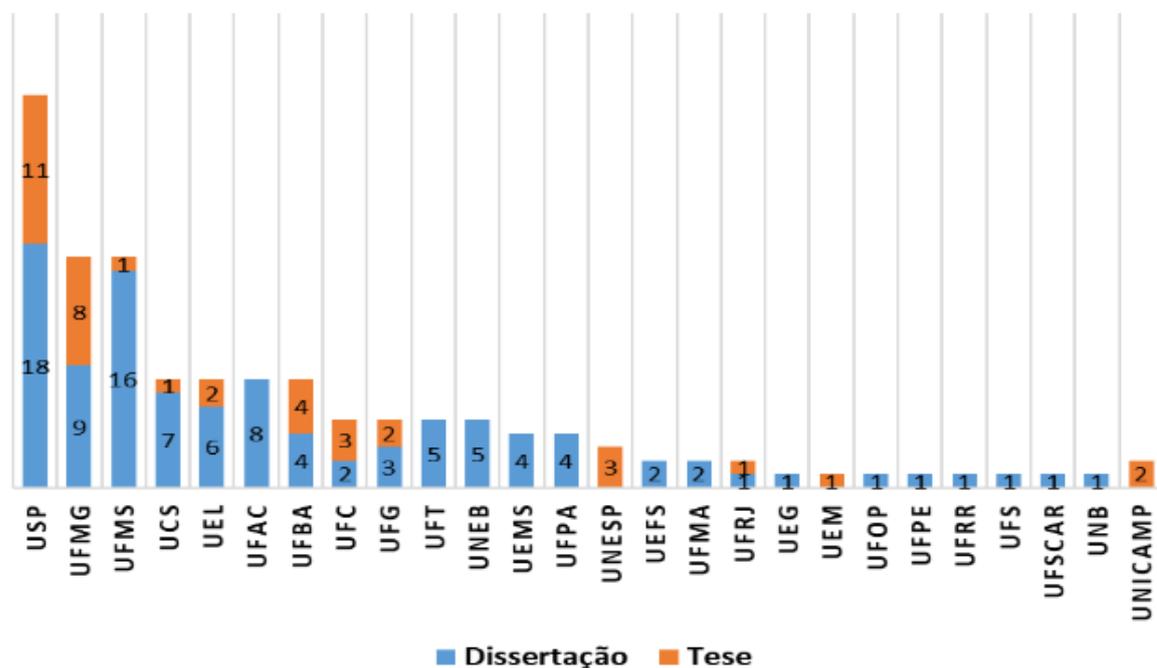
Neste capítulo são abordados conceitos referentes aos estudos toponímicos, em sua abrangência no cenário linguístico e histórico goiano, dadas as questões sobre a origem e formação do topônimo Goiás. Por meio de arcabouço teórico toponomástico, pode-se observar que o tema suscita algumas controvérsias em razão da motivação para escolha do nome e em razão da grafia a ser adotada para o topônimo Goiás.

Dessa forma, é possível percorrer o caminho que as alterações de nomenclatura sofreram para chegar à grafia hoje já consolidada. Em relação ao topônimo Palmeiras de Goiás, objeto de estudo desta pesquisa, em razão do escopo proposto para este capítulo, são enfatizados os dados geográficos, os aspectos históricos, os populacionais e os culturais do município Palmeiras de Goiás, apresentados a seguir.

### **2.1 Estudos toponímicos no Brasil e em Goiás**

Um estudo publicado em 2020 por Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias (Universidade Estadual do Paraná Ananias) e Marilze Tavares (Universidade Federal de Grande Dourados) revelou que os estudos toponímicos no Brasil e em Goiás, ainda são poucos. Os dados são de dissertações e teses já concluídas entre os anos de 1980 e 2020.

As buscas foram realizadas pela plataforma Currículo Lattes (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq], n.d.) que resultaram em 142 trabalhos. Veja o gráfico abaixo que demonstram a quantidade de dissertações e teses encontradas nos programas de pós-graduações nas Universidades do País



Elaborado por Ananias e Tavares (2020) a partir da plataforma CNPq

Nota-se que os estudos realizados em Goiás são feitos na Universidade Estadual de Goiás e na Universidade Federal de Goiás, ambas públicas. Observa-se também a com escassez de trabalhos voltados à toponímia, sendo destes, 4 em dissertações de Mestrado e 2 teses de Doutorado.

Apesar das pesquisas terem sido realizadas na Universidade Federal de Goiás, uma faz estudos voltados ao estado do Maranhão e a outra sobre o estado do Tocantins. As pesquisas são teses de Doutorado das pesquisadoras Maria Célia Dias de Castro (2012) e Ana Lourdes Cardoso Dias (2016). Já as dissertações de Mestrado feitas pelos pesquisadores da Toponímia na mesma Universidade são todos voltados ao estado de Goiás.

O trabalho de Cleber Cezar da Silva (2017) foi realizado no município de Pires do Rio e é intitulado em “Os cursos d’água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas”, o de Evanaide Alves de Souza (2013) intitulado em “Estudo da Toponímia de Tropas e Boiadas, de Hugo de Carvalho Ramos” e o de Lidiane Silva Araújo Guimarães, “Os aspectos culturais na toponímia: hagiopônimos da região de Piracanjuba – GO no século XIX” (2019).

Destaca-se o trabalho de dissertação de Mestrado de Larissa Ferreira de Souza (2018) realizado pela Universidade Estadual de Goiás no município de Anápolis intitulado em “A presença da religiosidade na toponímia: um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis (GO)”, que é o único realizado até hoje pela (UEG) na área da toponímia.

Segundo a pesquisa de Ananias e Tavares (2020, p. 5):

Na região Centro-Oeste, os orientadores identificados são: Aparecida Negri Isquardo (UFMS), Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (Uems), Kenia Mara de Freitas Siqueira (UFG), Maria Sueli de Aguiar (UFG), Enilde Leite de Jesus Faulstich (UNB), Ewerton de Freitas Ignácio (UEG), Nataniel Gomes (Uems), Tânia Ferreira Rezende Santos (UFG), Vitória Regina Spanghero Ferreira (UFMS).

Aqui cabe-se uma ressalva da importância dessa pesquisa acadêmica “As mudanças toponímicas de Palmeiras de Goiás” e o seu relevante papel na grande área da Toponomástica e para os estudos sociais, uma vez que este será o segundo trabalho de dissertação dedicado a toponímia realizado pela Universidade Estadual de Goiás. Mostra-nos também a escassez de investigações da ciência onomástica e toponomástico no território goiano e nos leva a perceber a necessidade de enaltecer estudos como esse.

Por fim, a realização de um estudo toponímico não revela somente a origem e mudança de um nome de um determinado espaço geográfico, mas também estudos que conversam com a cultura, história e origem de um povo e do seu lugar de convívio. Quando busca-se investigar a história de um nome, em especial como mostra neste trabalho, o nome de um lugar, valoriza-se também a memória social, cultural e afetiva de um povo.

## **2.2 Os estudos toponímicos de Goiás**

Considerando as concepções discutidas no primeiro capítulo acerca do ato de nomear seres, lugares e objetos, sabe-se que os indivíduos classificam tais elementos e utilizam os topônimos, signos linguísticos que possuem carga significativa, para referenciar os lugares conhecidos.

Essa carga de significado possibilita que os teóricos da linguagem analisem aspectos linguísticos e extralinguísticos, dado que os estudos toponímicos detêm dimensões interdisciplinares, que proporcionam além das concepções linguísticas, registros históricos, geográficos, antropológicos e sociológicos. Conforme Pereira (2013, p. 03):

[...] nos primórdios dos estudos toponímicos, a Toponímia, como parte da Linguística, privilegiava, em suas investigações, aspectos históricos e transformações fonéticas dos nomes, portanto, um estudo de natureza filológica. Assim, durante muito tempo, as pesquisas toponímicas seguiam uma orientação basicamente alicerçada em investigações de cunho etimológico e histórico do signo, ou seja, puramente linguístico. Entretanto, apenas esse enfoque não se mostrou suficiente, conduzindo a novos caminhos para o estudo da toponímia, considerando-se, também, em algumas circunstâncias, fatores linguísticos e extralinguísticos.

Dito isso, é possível afirmar que, na contemporaneidade, a Toponímia assumiu novos contornos. Para o mesmo autor, como disciplina integral e dinâmica, ligada à Linguística, “considera a motivação do topônimo como uma forma de o designador imprimir, no ato da nomeação, características de natureza linguística, cultural e social no designativo escolhido para identificar o espaço em questão” (PEREIRA, 2013, p. 03). Portanto, por meio da designação, o nomeador revela condicionantes ambientais que o influenciaram no ato de escolha do topônimo.

Intrinsecamente, língua e cultura promovem o vínculo que por meio da observação busca-se compreender o ato de nomear tanto pessoas, quanto lugares. Sousa (2012, p. 01) reforça a importância desses estudos em que são destacados estes objetos da Onomástica e Toponímia, uma vez que

[...] a onomástica – ramo da linguística que se ocupado estudo dos nomes próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos) – tem se apresentado, atualmente, como um campo rico para investigações, uma vez que o levantamento e a análise dos antropônimos e/ou dos topônimos constituem um resgate sócio-histórico, podendo refletir fatos e ocorrências de diferentes momentos da vida de uma sociedade. Desta forma, o antropônimo e o topônimo adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear. No Brasil, por exemplo, muitos trabalhos científicos têm sido desenvolvidos pondo em tela fatos onomásticos, especialmente aqueles ligados à toponímia.

Desse modo, o ato de nomear se reveste de inúmeros elementos que de acordo com Silva e Siqueira (2016, p. 57) advêm do contexto em que se insere, ou melhor, “a nomeação, em geral, e mais especificamente a nomeação de lugares, carrega, em seu bojo, toda sorte de fatores que culminam na escolha de um dado nome para um dado lugar”. Um topônimo, portanto, é um nome, pertence ao léxico de uma língua, é linguagem.

Diante disso, com os avanços em pesquisa sobre a disciplina da Toponímia os pesquisadores vêm desenvolvendo novos mecanismos com o objetivo de analisar a toponímia de uma região específica, por exemplo. Já que os objetivos dos estudos em Onomástica e Toponímia sempre se entrecruzam, assim por meio do léxico esses pesquisadores buscam evidenciar os fatores sócio-histórico-culturais dos lugares que tomam como recorte para suas pesquisas.

Silva e Siqueira (2016, p. 59) ressaltam que para estabelecer as bases teóricas de um estudo toponímico, “não há como desvincular língua, cultura e identidade, pois são conceitos intrinsecamente ligados, uma vez que é por meio da língua que a cultura se constitui, é difundida e é também por meio dela que ocorrem os processos de identificação”. Alguns autores, dão o suporte teórico da pesquisa no sentido de caracterizar as principais vertentes e enfoques. Para

escrever sobre toponímia se faz necessário recorrer às palavras de Isquierdo (1997, p. 31-32), quando esclarece que “[...]na situação específica do topônimo, além de determinar a identidade de lugares, a análise de sua estrutura pode fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política, econômica e sociocultural de uma região”.

Desta forma, o papel do signo toponímico segundo os autores Silva e Siqueira (2016) ultrapassa o nível apenas da identificação, servindo, pois, de referência para o entendimento de aspectos da realidade em que está inserido. Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que toda nomeação, normalmente, é estimulada por fatores inerentes à realidade circundante do denominador.

O ato de nomeação dos lugares, em seus aspectos linguísticos, por si só já se configura em um trabalho interdisciplinar que envolve diversas áreas do conhecimento humano bem como várias correntes do pensamento linguístico contemporâneo. Isto pode ser afirmado quando “se considera que o signo toponímico, diferentemente do signo linguístico, apresenta um caráter motivado” (SILVA; SIQUEIRA, 2016, p. 61).

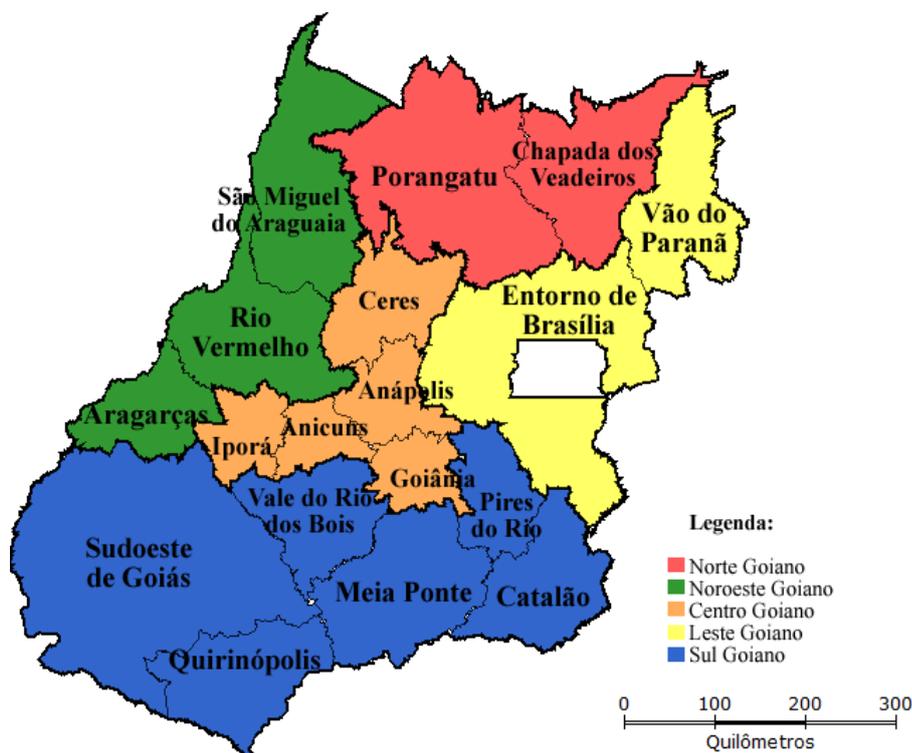
Nesse contexto, no Brasil, os estudos toponímicos reúnem uma quantidade significativa de nomes de origem indígena. O que evidencia acidentes geográficos que indicam as marcas da presença das línguas Geral Paulista de base tupi (falada pelos Bandeirantes) e língua Geral da Amazônia (falada no Norte brasileiro) na nomenclatura geográfica brasileira.

Considerando que o objeto em análise desta dissertação é um topônimo localizado no Estado de Goiás, faz-se necessário trazer um pouco dos aspectos históricos e geográficos do estado.

Geograficamente, o Estado de Goiás fica ao leste da região Centro-Oeste, fazendo divisa com os estados de Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, também com o Distrito Federal. É regionalizado em 05 mesorregiões sendo elas: Norte de Goiás, Noroeste de Goiás, Leste de Goiás, Centro de Goiás e Sul Goiano.

Além das 18 microrregiões de Chapada dos Veadeiros, Porangatu, Entorno do Distrito Federal, Vão do Paranã, Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Aragarças, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia e Iporá. Vejamos:

Mapa 1 – Estado de Goiás distribuído por micro e mesorregiões



Fonte: Elaborado por Barroso e Da Paixão (2014) a partir de dados do IBGE (2013)<sup>6</sup>.

Verifica-se que das 18 microrregiões de Goiás, 11 levam nomes que designam municípios do Estado (Porangatu, Catalão, Pires do Rio, Quirinópolis, Aragarças, São Miguel do Araguaia, Anápolis, Anicuns, Ceres, Goiânia e Iporá); 05 são identificadas com nomes que recuperam elementos do quadro natural; 02 recebem nomes ligados ao relevo (Chapada dos Veadeiros, Vão do Paranã) e 03 a elementos hídricos (Meia Ponte, Rio Vermelho e Rio dos Bois); 01 tem um nome que remete ao processo de urbanização decorrente da construção de Brasília (Entorno de Brasília) e 01 recebe um nome de orientação geográfica (Sudoeste de Goiás).

Goiás tem 246 municípios, desses, 70 têm nomes de origem indígena, Siqueira e David (2014, p. 125) apontam que eles apresentam “uma base tupi ou algum outro elemento constitutivo do nome, seja raiz ou sufixo tupi, mas, por razões de espaço, apenas os que surgiram entre os séculos XVI e XIX são descritos”. Resgatando um pouco da história, constata-se que

[...] alguns desses municípios surgiram das primeiras povoações da então Província de Goiás por volta de 1683 ou, posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, durante o

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/310844403>>. Acesso: agosto de 2022.

ciclo do ouro em Goiás. Por volta de 1647, Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) chegou às cabeceiras do rio Vermelho e contatou alguns índios, chamados *goyá*. Já em 1726, seu filho de mesmo nome, em outra bandeira, fundou o arraial da Barra (Buenolândia), e no ano seguinte os de Ouro Fino, Ferreiro e Sant’ana, este daria origem a Vila Boa (hoje cidade de Goiás), antiga sede administrativa da Capitania de Goiás (SIQUEIRA; DAVI, 2014, p. 126).

Há certas controvérsias em relação ao contato dos bandeirantes com os indígenas e quais seriam os nativos da região, uma vez que tanto a província como a cidade receberam o nome “Goiás” devido ao povo indígena lendário.

Para Siqueira e Davi (2014), em termos etimológicos, “*goyá*” é apresentado em contraparte ao termo “*tapuia*”, também de origem tupi, este para se referir a qualquer povo indígena de procedência não tupi, ou seja, aqueles que falavam línguas de outros troncos linguísticos, principalmente as línguas do Macro-jê. Enquanto o termo “*goyá*” se referia à gente da mesma etnia tupi, parecido, indivíduo semelhante aos tupis. Por outro lado, o termo *goyá* serviu de base para formação de vários topônimos seja na época das bandeiras, durante a ocupação da região, seja posteriormente, já no século XX. Ainda para as mesmas autoras,

[...] a escolha dos nomes dos lugares goianos, quando recai sobre um nome de origem indígena, tem sua motivação tanto em elementos físicos naturais - seja uma pedra, um aspecto da paisagem, um animal presente em determinado *habitat*, um rio – como em elementos de ordem mais subjetiva como a beleza do lugar, a impressão do denominador sobre o ambiente. [...] O tupi desempenha, na tradição brasileira, papel parecido com o latim e o grego antigo nas ciências, isto é, representa uma fonte virtual, um depósito de raízes lexicais produtivo para se formar e até construir topônimos (SIQUEIRA; DAVID, 2014, p. 131).

O que demonstra ainda mais a importância do aspecto cultural da língua no momento de sua constituição para composição do léxico que formará os topônimos. Portanto, para tecer considerações sobre os estudos toponímicos no próximo tópico são consideradas algumas questões relativas ao topônimo Goiás.

### **2.2.1 Sobre o topônimo Goiás**

O então sertão de Goiás, como a região era conhecida nos séculos XVII, XVIII e XIX, deu origem ao topônimo Goiás. A forma atual “Goiás” (sem y e sem z) substituiu a histórica *Goyaz* como designação do topônimo do Estado a partir de 1943, de acordo com Quintela (2003, p. 156) “em decorrência da vigência oficial das normas do Formulário Ortográfico, consubstanciadas no Vocabulário Ortográfico, publicado nesse mesmo ano”. Segundo o autor,

[...] constitui um tradicional tópico, geralmente aceito, afirmar que o topônimo “Goiás” tem a sua origem no gentílico de uma presumível tribo ou nação aborígine formada por silvícolas de simbólica nomenclatura para o Estado de Goiás denominados “goyazes”, “guayazes”, “guaiás”, “guoyá”, “goyá” ou “goiá” (QUINTELA, 2003, p. 153).

Tanto as publicações de caráter informativo quanto os documentos oficiais e os trabalhos especializados reiteram essa explicação que o autor vincula o nome do Estado de Goiás a designação utilizada para identificar os índios que povoavam as terras da nascente do Rio Vermelho e a região próxima da Serra Dourada.

Por outro lado, ainda há ausência de detalhes nas publicações acadêmicas e nas fontes primárias divulgadas, a respeito quais índios realmente “teriam emprestado seu nome para batizar o território que eles diacronicamente povoaram e que estava sendo incorporado ao mundo ocidental conhecido pelos intrépidos bandeirantes, ávidos de riquezas” (QUINTELA, 2003, p. 154).

Em relação aos dicionários, a entrada do verbete “goiano<sup>7</sup>” na lexicografia brasileira, pode ser exemplificada com o recorte de dois desses dicionários, o Houaiss e o Aurélio. O Houaiss (2001, p. 1462), último dicionário canonizado da língua portuguesa do Brasil, traz a seguinte definição, que preenche a patente lacuna etimológica observável nos verbetes do Aurélio (1999, p. 995):

**goiano** *adj. s. m.* (1881 cf. CA) relativo ao Estado de Goiás, estado do Brasil, ou o que é seu natural ou habitante. ETIM top. *Goiás* + *ano*; segundo Nasc., o top. É der. Do nome dos índios guaiás, por corruptela *Goiás*, do *tupi gwa e ya* ‘indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça’; f. hist. 1908 *goyano*.

Como fonte de pesquisa o dicionário é mais um dos guardiões da história. Embora quando se remeta a origem do topônimo Goiás a tênue incerteza de quais povos verdadeiramente dariam nome ao Estado vigore em várias discussões de autores/historiadores. Todavia, de acordo com as acepções de Quintela (2003, p. 07) o topônimo *Goyaz* fez-se “hegemônico em toda a documentação oficial a partir da ordem régia de 11 de fevereiro de 1736, que determinava a criação nas minas dos Goyazes de uma comarca dependente do Governo de São Paulo, elevando-se o povoado ou arraial de Sant’Anna à categoria de Vila”. Para o autor,

[...] os índios “goyazes”, “goiases”, “guayazes”, “guaiás”, “guoyá”, “goyá” ou “goiá” ter-se-iam misteriosamente extinguido, em pouquíssimos anos após a chegada

---

<sup>7</sup> O gentílico do topônimo Goiás.

do Anhanguera II, ora dizimados pelo violento embate com os sertanistas dessa primeira grande bandeira de ocupação e exploração, ora miscigenados com esses intrépidos paulistas, ávidos de riquezas. Dos *goyá* não há atualmente nenhum vestígio; sumiram da região onde está encravada a antiga capital do Estado apagando todas as suas pegadas, seja na forma de restos arqueológicos ou de etnotextos, seja na forma de empréstimos ao português de palavras da sua língua (QUINTELA, 2006, p. 44-45).

Recuperar a história que motivou a nomeação de um lugar se faz necessário, uma vez que resgata não só elementos marcantes da história, mas consolida a identidade e o passado para que a geração presente consiga manter firme a cultura e tradições da comunidade para as gerações futuras. Todo o imaginário construído em torno do nome Goiás traz indagações que de certa maneira alimentam aspectos culturais como o folclore, embora

[...] os *Goyá* sejam a nação indígena goiana menos conhecida nas abordagens de pesquisa científica. A não localização de fontes escritas, etno-textos ou documentos figurados e a ausência de produtos nas jazidas arqueológicas vêm impedindo a ampliação de informações sobre os índios que, precisamente, mais foram mitificados sob o ponto de vista folclórico, além de terem sido incorporados à parafernália indigenista que integra o imaginário construído em torno da identidade regional de Goiás (QUINTELA, 2003, p. 159).

Dessa forma, ainda haverá trabalho para que todas essas questões sejam puramente esclarecidas ou adotadas de vez para que a história se torne oficial em sua integridade. Cabe comentar que a referência mais antiga sobre os índios *Goyá*, segundo Quintela (2003, p. 159) é a registrada no supracitado “documento colonial relativo à expedição de Domingos Rodrigues ao sertão do rio *Paraupava* – Araguaia – (1596-1600), quando foi aprisionada uma índia *Guoyá*. Essa referência encontra-se no Inventário de Martins Rodrigues, redigido aos 18 de junho de 1612”.

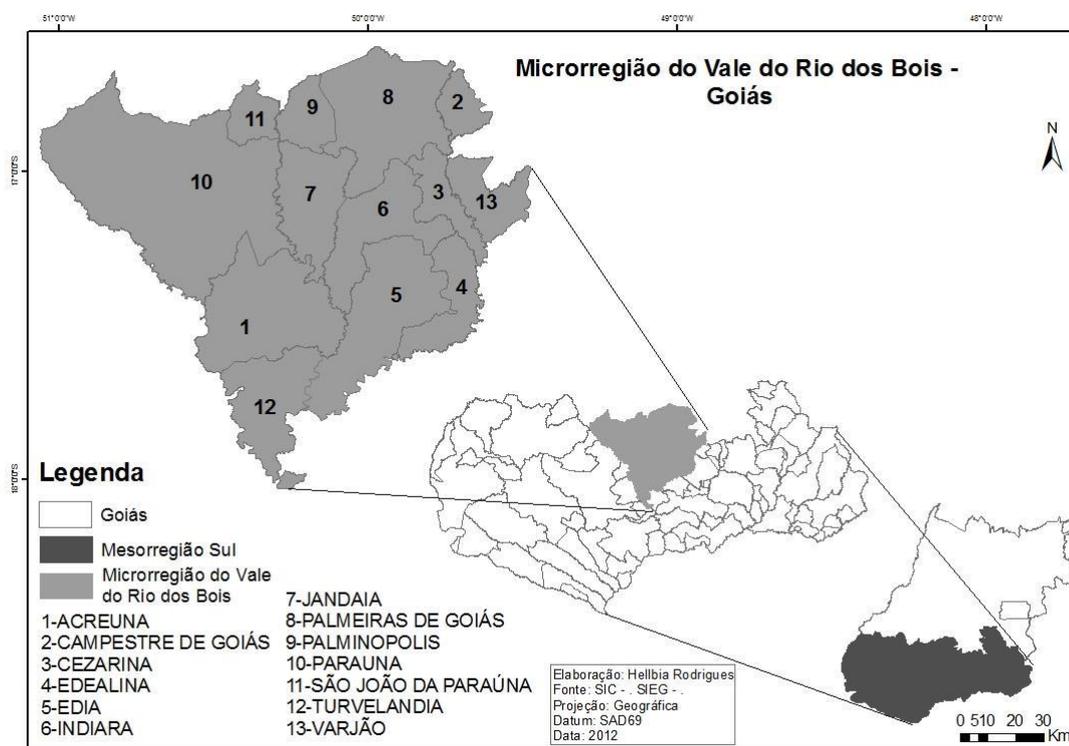
Há assim, lacunas em relação ao nome do Estado, cujas tensões atingem e transcendem o campo linguístico, dado que “a única relação etimológica factível para “Goiás” é com a língua tupi. O grupo linguístico constituído pelas línguas e dialetos Macro-jê não oferece nenhum lexema que possa ter funcionado como a fonte do topônimo” (QUINTELA, 2003, p. 169-170).

Nesse sentido, para Quintela (2003, p. 170), a discussão sobre o topônimo Goiás ainda não se exauriu, seus significados e traços de origem podem fomentar outras tantas discussões por algum tempo até que haja certo consenso teórico. Em contrapartida, “a história, cultura e língua caminharão juntas para esse desfecho e todos seus significados serão associados para que se os índios *Goyá* realmente existiram ou não no coração do Brasil continuem sendo uma verdade de fé”.

### 2.3 A Microrregião do Vale do Rio dos Bois

A microrregião do Vale do Rio dos Bois integra a mesorregião Sul do Estado de Goiás, abrange aproximadamente 13.653,6 km<sup>2</sup> e contém 13 municípios: Acreúna, Campestre de Goiás, Cezarina, Edealina, Edéia, Indiara, Jandaia, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, São João da Paraúna, Turvelândia e Varjão. Observemos:

Mapa 2 – Microrregião do Vale do Rio dos Bois



Fonte: Elaborado pelos autores De Carvalho Rodrigues e De Castro (2017)<sup>8</sup>.

Os dados relativos aos nomes dos municípios que integram esta microrregião compõem a taxa toponímica, que proposta por Dick (1992) usa como ponto de partida para análise, concomitante com outras áreas dos estudos linguísticos, demonstrar a complexidade do ato de nomear, que talvez as categorizações toponímicas não sejam capazes de responder todas as motivações existentes.

Sendo assim, a classificação taxonômica dos topônimos da microrregião do Vale do Rio dos Bois detém 3 *geotopônimos* (Acreúna, Edealina, Palminópolis) classificação dada pelo fato de tais nomes estarem associados a localização/posição destas cidades geograficamente, 3

<sup>8</sup> Disponível em <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1894>>. Acesso: agosto de 2022.

*hidrotopônimos* (Campestre de Goiás, Paraúna, Turvelândia) em razão da associação com acidentes hidrográficos como rios, córregos entre outros, 2 *hagiotopônimos* (Edéia, São João da Paraúna) que estão relacionados com o nome de um santo ou relativo ao sagrado, 2 *fitotopônimos* (Indiara, Palmeiras de Goiás) referente a alguma espécie vegetal, em sua individualidade ou em conjuntos da mesma espécie, 1 *antropotopônimo* (Cezarina) que recebem o designativo em homenagem a alguma pessoa ou família, 1 *zootopônimo* (Jandaia) que faz associação a algum animal e por fim 1 *dimensiotopônimo* (Varjão) caracterizando a dimensão do acidentes geográfico.

As questões linguísticas e históricas que justificam a classificação de alguns topônimos permitem observar o comportamento onomástico dos denominadores dos municípios da microrregião estudada, bem como constatar quais critérios foram utilizados ou se foram resultado de ato espontâneo para nomeação, isso dependerá da particularidade histórica de cada lugar, cada município.

## 2.4 Palmeiras de Goiás

O município de Palmeiras de Goiás está localizado ao Sul da capital do Estado, Goiânia, a 72 km e pertence a microrregião do Vale do Rio dos Bois (Mapa 3). Com clima tropical, a cidade foi emancipada em 6 de julho de 1905 e compreende extensão territorial de 1.539, 683 km<sup>2</sup>. De acordo com os dados do IBGE<sup>9</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do último censo realizado em 2010 a cidade contava com 23.338 habitantes e estimava-se que em 2021 esse número chegasse a 29.915 pessoas.

Seus municípios limítrofes são, ao norte, Nazário, Santa Barbara de Goiás e Turvânia; ao sul, Cezarina, Guapó, Indiara e Jandaia; ao leste, Campestre de Goiás; e ao oeste, Palminópolis. Sua hidrografia contabiliza mais de cem cursos d'água, entre eles o Rio Capivari e o Rio dos Bois que abastece a cidade por meio de captação de dutos de água até a estação de tratamento da SANEAGO (Companhia Saneamento de Goiás S/A).

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/palmeiras-de-goias/panorama>>. Acesso: agosto de 2022.

Mapa 3 – Município de Palmeiras de Goiás



Fonte: Repositório Wikimedia Commons (2022)

A sua geografia conta com pontos elevados como o Morro Ladra e Morro Mundo Novo, Serra da Ponte Nova e a Serra da Jiboia, que passou a ser reserva ambiental no ano 2000, dado seu potencial turístico para a região.

Economicamente o município tem destaque de acordo com o ranking dos municípios goianos, sendo fortemente dependente da agropecuária, especialmente a criação de frango e gado, e da agricultura, com o cultivo das culturas de soja, milho, entre outras (GIRÃO et al., 2022).

Segundo o IBGE, em 2020 o salário médio mensal era de 1.9 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 107 de 246 e 28 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2558 de 5570 e 791 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 31.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 205 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4372 de 5570 dentre as cidades do Brasil<sup>10</sup>.

Comércio e indústria também representam grande potencial na cidade, bem como a qualificação, formação humana e profissional com apoio de várias instituições de ensino. No município estão presentes Institutos Tecnológicos, Unidade Acadêmica da Universidade

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/palmeiras-de-goias/panorama>>. Acesso: agosto de 2022.

Estadual de Goiás, faculdades como a FACMAIS e FAI que oferecem diversos cursos pagos e gratuitos para toda a população.

O Brasão do Município de Palmeiras de Goiás retrata a sua história, a nobreza e a riqueza que existem na cidade. A imagem central, faz alusão ao garimpo de ouro (na imagem, a representação de Jonas – O Alemão) que prevaleceu por algum tempo, principalmente dos imigrantes que estavam em busca de riquezas, a vegetação faz jus ao nome que fora dado em 1905. Ao lado da imagem central temos a sua principal economia: a agricultura. E acima, simulando as torres de um castelo, remete ao símbolo maior cultural da cidade: as cavalhadas (Figura 2).

Figura 2 – Brasão do Município de Palmeiras de Goiás



Fonte: Acervo de Comunicação da Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás (2023)

A bandeira do município, como elemento central, tem o seu brasão e é rodeado por cores, em horizontal, azul e vermelho, que nos lembra também a luta que é retratada pelas Cavalhadas, entre mouros que tem suas vestimentas em vermelho e cristãos, com suas vestimentas em azul.

Figura 3 – Bandeira do Município de Palmeiras de Goiás



Fonte: Acervo de Comunicação da Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás (2023)

### **Hino do município de Palmeiras de Goiás**

Letra por Ivo Antônio Ferreira

Melodia por Jorge Cosmo e Luiz Martins de Alcântara

Palmeiras de Goiás  
Teu povo está em festa  
Tua gente feliz a cantar  
Tua história ninguém contesta  
Teu centenário a comemorar  
Cidade centenária  
Teu marco é Jonas, o Alemão  
Que em tuas claras águas  
Buscou riqueza nesse lindo chão

Palmeiras de belas serras  
Cidade de rica história  
Tua tradição é nosso orgulho  
Tua cultura é nossa paixão.

Palmeiras de Goiás  
Teu povo está em festa  
Tua gente feliz a cantar  
Tua história ninguém contesta  
Teu centenário a comemorar  
No passado tantas glórias,  
Um futuro tão promissor  
Teu presente comemoramos  
Com povo ilustre e trabalhador.  
És berço acolhedor  
Na lida, progresso e paz  
Palmeiras, tu és bela em teu  
Esplendor  
Tu és encanto de nosso Goiás.

O hino, tem a sua prevalência da estrutura sintática na forma canônica, estrutura SVO, com algumas construções de verbos não-nocionais e alguns nocionais, estes que mostram a alegria do povo em ver o progresso de Palmeiras de Goiás. No primeiro parágrafo retrata a história da cidade, onde será contemplada mais adiante nesta dissertação.

No último nota-se que há uma característica do povo palmeirense “acolhedor”, isso faz alusão ao que acontece muito hoje na cidade, tendo em vista que a grande industrialização que possibilitou que pessoas de outros estados pudessem trabalhar nas empresas instaladas no município.

#### **2.4.1 Resgatando a história de Palmeiras de Goiás**

Resgatar a história é fortalecer a memória, trajetória e cultura de um lugar. Conhecer as origens, portanto é uma forma de reviver o passado. A história de Palmeiras de Goiás começa

em meados de 1800, de acordo com os dados da Prefeitura Municipal do município<sup>11</sup>, quando a família do tenente Antônio Martins Ferreira de Andrade, procedente de São Paulo chegou à capital da capitania de Goiás (Cidade de Goiás) e requereu terras devolutas às margens do Rio dos Bois, que até os dias atuais representa um dos mais importantes rios do Estado. O governador da capitania era Fernando Delgado Freire de Castilho, que atendeu ao requerimento de Antônio Martins, que tão logo se apossou das terras, deu ao lugar o nome de Sítio das Palmeiras, devido aos milhares de coqueiros existentes na região.

Os Andrades doaram a São Sebastião, 800 alqueires de terras junto ao Córrego Azul, onde é hoje o distrito de Linda Vista, no município de Cezarina. Oriundo das minas de São Francisco de Assis, hoje, Anicuns, o padre Filipe chegou com a incumbência de escolher o local onde seria construída a capela. No local escolhido foi erguida uma cruz de madeira e uma missa foi celebrada na presença dos fazendeiros do lugar.

Figura 4 – Capela



Fonte: Acervo pessoal (2022)

A família Andrade vendeu as terras à família Martins, que manteve o compromisso de doar os 800 alqueires ao Santo, bem como o de construir a Igreja. A mudança da sede da igreja aconteceu após entendimento entre o dono da terra e o padre José Maria, que escolheram o local

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://palmeirasdegoias.go.gov.br/historia-da-cidade/>>. Acesso: agosto de 2022.

onde morava o garimpeiro Jonas Alemão, desde 1794, homem de nacionalidade alemã, vivência simples, que parecia ter recebido boa educação, “mas vivia quase isolado do convívio humano embora gozasse das relíquias da natureza, residia a cinco léguas dos irmãos Andrade, próximo do córrego, que ao passar dos anos, foi homenageado e passaram a chamar o córrego com seu nome: Córrego do Alemão” (DE ARAÚJO et al., 2022, p. 1005).

Em 20 de maio de 1832 foi lavrada a escritura no “Livro de Ouro” de São Sebastião, ficando então transferido o patrimônio para o local onde é hoje Palmeiras de Goiás. Nessa mesma ocasião foi celebrada missa, realizou-se batizados e foi demarcado pelo padre Azevedo Coutinho, o lugar onde seria construída a igreja. Segundo Girão et al. (2022, p. 1006 - 1007):

A igreja recebeu das mãos dos irmãos Martins a escritura, como Donatários os irmãos Andrade. Então toda a companhia de Santo Antônio, área compreendida entre o Rio Turvo e o Rio dos Bois, ajudou na construção da igreja nas proximidades da casinha do garimpeiro conhecido por Jonas Alemão. Após Jonas trabalhar por muitos anos em busca do ouro às margens de um córrego, que a princípio nem tinha uma identificação, este lugar recebeu o nome de Córrego do Alemão, dado por uma comitiva Imperial que passou pela região, dirigindo-se à capital da Província de Goiás, então Vilas Boas. Jonas Alemão mostrou ao seu amigo José Pedro 11 garrafas cheias de ouro, assegurando-lhe ter uma quantia bem maior. Eles marcaram uma viagem no mês de abril de 1840 para vender o ouro na cidade de Pirenópolis. Neste ínterim, José Pedro adoeceu gravemente não podendo mais acompanhar seu amigo Alemão. O garimpeiro achou prudente não ir sozinho pelo perigo que representava a soma total das garrafas de ouro, e as quadrilhas de ladrões sempre estavam à espreita. Combinaram, assim, de realizar a viagem na seca do próximo ano. A fim de proteger seu ouro, Jonas Alemão guardava as garrafas nas entranhas da terra, e de vez em quando ele as trocava de lugar, evitando, dessa forma, que alguém pudesse encontrá-las. Jonas Alemão trabalhava em uma mina de ouro no córrego Santo Antônio do Morro Azul. Como sempre trabalhava no sol muito forte ou embaixo de chuva, contraiu uma grave pneumonia. A mulher dele foi em busca de ajuda e procurou o amigo José Pedro na residência Ponte Nova. Indo de galope a casa de Jonas, encontrou-o extremamente mal, trazendo algum remédio para ele, mas nada de seu amigo melhorar. À noite, José Pedro perguntou a Jonas pelo ouro, com muito custo ele falou o local onde estava. Porém a esposa do garimpeiro interveio assegurando que ele havia dito que estava em outro local. Vendo a dificuldade de Jonas Alemão poder falar, seu amigo José Pedro não quis mais perguntar e proibiu todos de falar com ele para evitar esforço. Um pouco depois, já delirando, Jonas falou sobre o ouro. Na manhã seguinte ele veio a falecer. Jonas foi enterrado junto ao altar de São Sebastião como havia pedido, por ser muito católico e fervoroso nas práticas religiosas. Ele foi o primeiro sã cristão da Igreja de São Sebastião, era amigo do vigário Coutinho da cidade de Anicuns.

Na história o garimpeiro escondia garrafas de ouro, o que despertou a ganância de muitos para descobrir a riqueza escondida de Alemão. O que anos depois foi encontrado por José Pedro, seu amigo. Em relação a construção da cidade, todos os habitantes da região ajudaram na construção, mas a obra só foi concluída em 1843.

Dois sinos foram doados por dona Joana e trazidos de Uberaba. No dia 11 de julho de 1844, o povo de São Sebastião do Alemão, acompanhado do padre José Maria, foram até a

fazenda de dona Joana buscar os sinos. Ao chegarem da longa e cansativa viagem, realizaram batizados, inauguraram os sinos e fizeram festas. O responsável pela formação do povoado que agora se chamava São Sebastião do Alemão, foi Filipe de Oliveira, em 1850.

Figura 5 – Igreja Matriz São Sebastião



Fonte: IBGE história e fotos (2022)

Com a vinda de Tobias Monteiro e sua família, procedentes da Bahia, o povoado de São Sebastião do Alemão foi elevado à condição de freguesia em 9 de novembro de 1857, através da Resolução nº 08/57. Nova família chega à freguesia, trata-se da família Coimbra, cujos membros se estabeleceram como comerciantes.

Com isso, novo impulso foi dado ao lugarejo e com esforços de Abel Coimbra, conseguiu-se elevar a freguesia à vila, de acordo com a Lei nº 914, de 10 de dezembro de 1887, mas somente no dia 7 de fevereiro de 1892, é que foi solenemente instalada a vila, denominada Vila de São Sebastião do Alemão.

Com o progresso acentuado da vila São Sebastião do Alemão, esta foi elevada à condição de cidade, através da Lei nº 269, de 6 de julho de 1905. Até então, o município pertencia a Goiás Velho, (antiga capital do estado de Goiás), tornando-se, portanto, independente política e administrativamente.

Figura 6 – Vista parcial da cidade



Fonte: IBGE história e fotos (2022)

Um fato importante para que a cidade tivesse o seu nome trocado, foi determinado pelo grande número de palmeiras que existia no município, como dito. Portanto, através da Lei nº 540, de 14 de junho de 1917, São Sebastião do Alemão passou a chamar-se Palmeiras.

Posteriormente, por força do Decreto-Lei estadual nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, Palmeiras passa a chamar-se Mataúna, que significa “Mata Escura”. Em conformidade com o artigo 65 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, em 1947, o município volta a chamar-se Palmeiras, com o acréscimo “de Goiás”, devido à existência de outros lugares no Brasil, com o mesmo nome.

Figura 7 – Av. Humberto Mendonça em Palmeiras



Fonte: IBGE história e fotos (2022)

Figura 8 – Colégio Estadual de Palmeiras de Goiás



Fonte: IBGE história e fotos (2022)

As constantes alterações do nome da cidade receberam o seguinte comentário de Artiaga (1995, p. 429):

Seu primitivo nome passou pela lei nº 540, de 14 de junho de 1917, em virtude de representação encabeçada por Otaviano de Moraes de Humberto Ribeiro, caindo ao esquecimento, tendo sido mudado para Palmeiras, sem nenhuma ligação com a história, nem com a tradição e nem mesmo com a botânica. O nome atual também carece de base, pois foi um arranjo de última hora para batizar na transformação toponímica tumultuária e iconoclasta com nome de Mataúna uma cidade de tantos motivos para uma denominação digna.

A última denominação, e que se conserva até hoje, é Palmeiras de Goiás.

Figura 9 – Praça São Sebastião



Fonte: IBGE história e fotos (2022)

A cultura do município pode ser simbolizada pelas Cavalhadas, encenação das Cruzadas Europeias que acontece todos os anos na cidade, celebradas junto a festa do Divino Espírito Santo, que é a festa do Pentecostes. Mas além desta festividade, Palmeiras de Goiás conta com uma Academia Palmeirense de Letras, espaços culturais e públicos em que a população participa de vários eventos.

Com ênfase nas Cavalhadas, a representação das lutas das Cruzadas do ocidente contra o oriente retrata o Imperador Carlos Magno, rei dos cristãos, em batalha contra os muçulmanos, vistos como povos pagãos, infiéis que ocupavam boa parte da Península Ibérica, atualmente

Portugal e Espanha. Tal festividade chegou no município com a vertente portuguesa, em meados de 1908 sob liderança do pioneiro José Pereira de Alcântara.

Figura 10 – Cavalhadas 2019



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 11 – Cavalhadas 1975



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 12 – Cavalhadas 1986



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 13 – Cavalhadas 1961



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 14 – Cavalhadas 1955



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 15 – Cavaleiros 1954



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 16 – Cavalhadas 1952



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 17 – Cavalhadas 1952



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Depois de alguns anos após a primeira Cavalhada realizada em Palmeiras, em 1918 aconteceu a segunda edição da festa, o que se manteve por alguns anos consecutivos até 1927, interrompendo por quase 30 anos. O resgate da tradição ocorreu em 1952/1953. Somente em

1998 que o evento ganhou espaço próprio, no parque de exposição agropecuário onde permanece até os dias atuais.

Em razão da pandemia de Covid-19, os eventos foram suspensos em 2019 e só em 2022 que voltaram a ser realizados presencialmente com o retorno da festividade, não podendo ficar de fora os Mascarados, conhecidos por sua irreverência representando as pessoas que desejavam participar das cavalhadas e não detinham de condições financeiras para serem cavaleiros.

Utilizando máscaras que escondem todo o rosto e mudando a voz para não serem reconhecidos, fazem bagunça, contestam e participam da festa ao mesmo tempo. Atualmente os Mascarados com bastante criatividade integram a tradição na festa das Cavalhadas.

Figura 18 – Mascarados Cavalhadas 2019



Fonte: Acervo pessoal (2022)

De modo geral, observa-se pouca produção acadêmica sobre o município aqui ancorado, dada a falta de registros ou documentos oficiais que tenham detalhadamente todas as

informações necessárias, mas isso não invalida o potencial histórico e cultural dessa cidade, considerando todos seus aspectos de desenvolvimento e atuação frente o estado de Goiás.

Nesse sentido, o imaginário cultural da população de Palmeiras de Goiás se mantém engessado na vivência de gerações e é transmitido por elas seja na representatividade histórica, festividades ou tradições orais que permanecem vivas até hoje. O que possibilita também aos pesquisadores narrar a história da cidade, mesmo que de forma resumida, estudar e analisar seus traços, desde a origem e motivação de seu nome.

No próximo capítulo, são apresentados dados referentes ao desenvolvimento social e urbano posterior à fundação do município de Palmeiras de Goiás, compreendendo os estudos da toponímia goiana e especialmente suas mudanças durante o passar dos anos. Além de trazer aporte teórico de estudiosos da toponomástica com o intuito de analisar os nomes tanto do município em estudo, quanto dos circunvizinhos para que seja possível a descrição da composição toponímica dos nomes em questão.

### CAPÍTULO III – MUDANÇAS TOPONÍMICAS DE PALMEIRAS DE GOIÁS

*Minha terra tem palmeiras  
Onde canta o Sabiá,  
As aves, que aqui gorjeiam,  
Não gorjeiam como lá.*

*Gonçalves Dias.*

Este capítulo traz um caráter mais analítico. Visto que serão analisadas as mudanças toponímicas de municípios goianos e de Palmeiras de Goiás, em que, este último, apresentará dados e contribuições posteriores a sua fundação, constatando o desenvolvimento social e urbano da cidade, bem como as informações que integram as obras de estudiosos que se dedicaram aos estudos da toponímia goiana. Teóricos estes que se enquadram, especialmente, para constituição dos estudos de análise das mudanças toponímicas.

#### **3.1 Um pouco mais sobre a toponímia goiana e mudança toponímica**

É consenso entender que os nomes geográficos chamados de topônimos são signos linguísticos “utilizados para nomear acidentes geográficos físicos como rios, córregos, montanhas, e acidentes humanos como cidades, distritos e povoados” (TAVARES, 2009, p. 95).

O estudo toponomástico das mudanças toponímicas sob o aporte teórico saussuriano pode compreender o nome apenas como uma palavra, ou, nos moldes estruturalistas, como um signo e não como uma simples nomenclatura referencial, sobre o qual há uma condição arbitrária, ou seja, não motivada, o que segundo Benveniste (2005, p. 55), trata-se de uma condição “necessária – entre significado (conceito) e significante (imagem acústica)”.

Assim, pode-se dizer que os topônimos não se incluem na característica “arbitrariedade”, pois estes são inerentemente motivados. Para Benveniste (2005), o signo linguístico é arbitrário porque apresentam a propriedade de fixidez (a fossilização do significante principalmente quando dos topônimos), eles se aproximam da Semiologia – ciência que investiga os diversos sistemas de signos – e de significação –, na qual se inclui a Linguística. Segundo ele, o signo resiste a qualquer substituição arbitrária porque a língua é uma instituição social.

Para Dick (2004, p. 124), esse aspecto configura-se o uso funcional da língua, isto é, um pragmático da língua.

[...] de uma arbitrariedade inicial da língua ou de uma motivação inicial aceita pelos falantes, passa-se a uma perda gradual da motivação:/mais motivado/menos motivado/desmotivado até se construir um novo uso para o mesmo objeto (da realidade) tornado remotivado ou ressematizado.

O signo, portanto, cria a realidade e não o contrário; ademais é por mera convenção que relacionamos nossa imagem acústica e psíquica (pensamento, fala) a determinado conceito. Dessa forma, o fato dele ser arbitrário é a “primeira razão para justificar sua imutabilidade” (BIDERMAN, 1998, p. 106). Nesse sentido, a ideia de arbitrariedade do signo é a base da ciência Linguística e, apesar de apresentar exceções, contempla adequadamente um grande número de lexias comuns ao léxico da língua, estudado pela Lexicologia.

O léxico, por registrar as diferentes fases da vida de uma comunidade, funciona como uma espécie de palavras-testemunhas derivando de valores, crenças e expectativas de um grupo sócio-linguístico-cultural.

Dessa forma, conforme Tort (2001) considera que a análise da toponímia merece mais atenção a respeito do seu significado cultural e como campo de pesquisa interdisciplinar. Com essa perspectiva histórico-cultural enfatiza a importância da denominação dos lugares uma vez que

[...] todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores [...]. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (CLAVAL, 2001, p. 189).

A história de um lugar, portanto, começa e termina com a língua, o espaço é de maneira simbólica transformado nesse lugar repleto de mudanças que são registradas ao longo do tempo efetivando a história. A partir dessas ideias Faggion, Dal Corno e Frosi (2008, p. 278) explicam que

[...] os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores.

Por consequência, para compreender o processo de mudança toponímica de um lugar é interessante partir do entendimento das categorias de topônimos existentes. Isto posto, considerando que o estudo empreendido nesta dissertação recorta o estado de Goiás e suas cidades, especialmente Palmeiras de Goiás, faz-se necessário apresentá-las:

Quadro 1 – Categorias Toponímicas e motivação inerente aos topônimos de natureza física

<b>Taxionomia de natureza física</b>		
<b>Taxes</b>	<b>Referente a:</b>	<b>Ex.:</b>
Astrotopônimos	corpos celestes	Estrela do Norte (GO)
Cardinotopônimos	posições geográficas	Alvorada do Norte(GO)
Cromotopônimos	escala cromática, cores	Ouro Verde de Goiás
Dimensiotopônimos	dimensão, altura, largura, extensão	Alto Horizonte (GO)
Fitotopônimos	elementos de índole vegetal	Buriti Alegre (GO)
Geomorfotopônimos	formas topográficas	Colinas do Sul (GO)
Hidrotopônimos	acidentes hidro-gráficos	Córrego do Ouro (GO)
Litotopônimos	índole mineral, constituição do solo	Barro Alto (GO)
Meteorotopônimos	fenômenos atmosféricos	Nova Aurora(GO)
Morfotopônimos	formas geométricas	Morro Agudo de Goiás
Zootopônimos	elementos de índole animal	Panamá (GO)

Fonte: Modelo adaptado de DICK, M. V. do A. Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos. São Paulo, FLCH/USP, 258p., 1992.

Quadro 2 – Categorias Toponímicas e motivação inerente aos topônimos de natureza antropocultural

<b>Taxionomia de natureza antropocultural</b>		
<b>Taxes</b>	<b>Referente a:</b>	<b>Ex.:</b>
Animotopônimos (nootopônimos)	vida psíquica, cultura espiritual	Rialma (GO)
Antropotopônimo	nomes próprios individuais	Pires do Rio (GO)
Axiotopônimos	títulos acompanhados de nomes	Senador Canedo (GO)
Corotopônimos	nomes de cidades, países	Palestina de Goiás
Cronotopônimos	indicadores cronológicos (novo/velho)	Fazenda Nova (GO)
Ecotopônimos	Habitações	Castelândia (GO)
Ergotopônimos	itens da cultura material	Porteirão (GO)

Continua

Quadro 2 - Categorias Toponímicas e motivação inerente aos topônimos de natureza antropocultural.

Continuação

<b>Taxionomia de natureza antropocultural</b>		
<b>Taxes</b>	<b>Referente a:</b>	<b>Ex.:</b>
Etnotopônimos	elementos étnicos isolados ou não	Crixás (GO)
Dirrematotopônimos	enunciados, frase, expressões	Aparecida do Rio Doce (GO)
Hierotopônimos	nomes sagrados	Jesópolis (GO)
Hierotopônimos hagiotopônimos	nomes de santos/santas	Santa Bárbara de Goiás
Hierotopônimos mitotopônimos	entidades mitológicas	Anhanguera (GO)
Hodotopônimos	vias de acesso rural ou urbano	Estradas (AM)
Numerotopônimos	adjetivos numerais	Três Ranchos(GO)
Poliotopônimos	constituídos por designativos aldeia, arraial, cidade, povoação etc.	Vila Propício(GO)
Sociotopônimos	Atividades profissionais, comerciais, sociais, locais de trabalho	Orizona (GO)
Somatotopônimos	nomes de partes do corpo humano ou do animal tomado em acepção metafórica	Cabeceiras(GO)

Fonte: Modelo adaptado de DICK, M. V. do A. Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos. São Paulo, FLCH/USP, 258p., 1992.

Os topônimos estão distribuídos por duas grandes categorias: topônimos em geral (sub distribuídos em taxes) e os de origem indígena. No Brasil, dado nosso processo de formação, há inúmeras regiões que possuem incidência de nomes de lugares oriundos da língua indígena. No estado de Goiás, como demonstrado em tabela, muitas carregam essa marca cultural e histórica de identificação.

De acordo com Rocha (1998), os dados etno-históricos indicam que a região que hoje é Goiás servia de passagem de grupos indígenas que transitavam entre a cidade de Goiás (Vila Boa) e o aldeamento do Carretão. Habitavam, pois estas terras os grupos étnicos: Kayapó Meridionais (habitavam a área que se estende do sul de Goiás, Triângulo Mineiro até noroeste de São Paulo) e os Setentrionais os Gorotire e os Gradahu; os Karajá, Xambioá e Javaé (viviam

praticamente nas praias do Araguaia e Ilha do Bananal), a população indígena aldeada no Carretão ficou conhecida como Tapuios (outro povo, região dos bárbaros ou tapuyas, novo dado pelos Tupi para as outras nações indígenas).

Interessante destacar que as línguas faladas pelos povos da região habitada em Goiás não eram línguas da família linguística Tupi-guarani, no entanto, os topônimos de origem indígena goianos, em sua maioria, são de base linguística derivada do tupi, ou Língua Geral Paulista.

Segundo Bagno (2011), por um longo período inicial, o português foi uma língua minoritária no Brasil, já que eram dominantes duas línguas gerais de base indígena: a língua geral da Amazônia e a língua geral paulista, empregada, principalmente em São Paulo e, posteriormente, levada ao interior (ou Sertão), pelos bandeirantes. De acordo com Bagno (2011, p. 231), a despeito do grande número de línguas indígenas,

[...] o tupi foi a que mais deu contribuição do português brasileiro, sobretudo no léxico, por causa da ação dos bandeirantes paulistas, que denominavam com palavras tupi os locais e acidentes geográficos que encontravam em seu caminho sertão a dentro. Por essa razão, é comum encontrar toponímia tupi mesmo onde nunca houve uma população tupi original.

Nesse sentido, Bagno (2011) reitera que ainda não houve consenso entre os pesquisadores, acerca da influência das línguas indígenas sobre o português que não tenha sido a contribuição ao léxico. Acrescente-se que a contribuição maior foi para o léxico toponímico brasileiro.

Rodrigues (2006) acrescenta que, a expressiva quantidade de topônimos tupi em áreas que não foram habitadas por povos dessa filiação linguística se explica pela expansão produzida pelas bandeiras paulistas (séc. XVII e XVIII), porque os mestiços que usavam a língua tupi, passaram a integrar as bandeiras dirigidas mais para o interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Uma possível topogênese de cidades do estado goiano é verificável quanto a dinâmica toponímica pode ser observada em qualquer município brasileiro. Os nomes não se constituem de escolhas aleatórias ou arbitrárias, mas representações simbólicas, políticas e, de alguma maneira planejadas e recebem poder quando se ostentam nos mapas oficiais. Assim, face a essas observações, estabelece-se, pelo menos extraoficialmente, que o estudo dos topônimos, sua etimologia e as razões da sua origem e motivação não são uma tarefa essencialmente linguística, mas também sociocultural e geográfica, como será mostrado em seguida através de exemplos do estado goiano.



+ *-açu* ‘grande’) e, em compostos, tais como “Buriti Alegre”, tupi e português (*mbiriti* ‘nome de uma palmeira’ + alegre ‘animado’).

O nome Goiás, conforme dados de Quintela (2003), se deve à existência de uma população de índios *goyá* do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* que, grosso modo, significa indivíduo semelhante, parecido, ou gente da mesma raça, que fala a mesma língua, tem-se assim, *guayás* e *guayazes* que designa essa provável etnia que vivia em Goiás antes da ocupação do território pelos bandeirantes, não há evidências físicas dessa existência, assim, estão mais no plano mítico, sendo, de alguma maneira, incorporados à questão indigenista. Para Quintela (2003), esse povo compõe o imaginário construído em torno do espírito geral (*volksgeist*) que permeia a falta de informações científicas sobre a verdadeira existência de uma população de índios *goyá*. Alegórico ou não, o termo *goyá*, segundo Siqueira (2015), serviu de base para formação de vários topônimos seja na época das bandeiras, durante a ocupação da região, seja já no século XX. Assim, surgiu cidades como:

- Goiandira (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + *-dira* elemento desconhecido). Habitada primitivamente pelos Kayapós, depois tomada, em 1800, por Tomás Garcia com o nome de Campo Limpo. No entanto, Goiandira só foi se desenvolver com a chegada dos trilhos da estrada de ferro por volta de 1915.
- Goianésia é outro topônimo cuja origem data de 1857, num lugar entre Jaraguá e Pirenópolis, chamado Calção de Couro, por ser banhado por um córrego com mesmo nome. O topônimo, no entanto, é uma referência à cidade mineira de Guaranésia, onde nasceu Laurentino Martins, fundador da cidade. Em relação a Goiatuba (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + *-t(i) uba* ‘abundância, coletividade’), pode-se dizer que os primeiros aglomerados humanos se deram em 1860 quando antigos bandeirantes seguiram para oeste em busca de ouro e pedras preciosas e quando pessoas vindas de Minas Gerais se fixaram no território para criação de gado.
- Já Goiânia, Goianira e Goianópolis são mais recentes, esta última tem suas primeiras edificações em 1928, conhecida como “Currutela”; enquanto Goianira data de 1920 e Goiânia tem sua fundação em 1937, construída para abrigar a nova sede administrativa do estado de Goiás. As demais cidades que tiveram suas primeiras povoações ainda nos séculos XVIII e XIX são Aragarças, Anicuns, Aruanã, Caiapônia, Corumbá de Goiás, Corumbaíba, Crixás, Cumari, Iaciara, Inhumas, Ipameri, Itaberaí, Itapirapuã, Itarumã, Itauçu, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Mairipotaba, Mambá, Piracanjuba, Porangatu.
- A primeira leva de garimpeiros em Aragarças, ocorreu em 1872, vindos do Mato Grosso e sendo exterminados pela tribo que habitavam o lugar, os Bororos. O topônimo é formado pela aglutinação de “Araguaia” em cuja margem se situa com “Garças”, seu afluente que faz confluência no lugar.
- O surgimento de Anicuns deve-se à mineração, a abundância de ouro na região fez convergir para o lugar os primeiros elementos humanos, mais tarde o solo fértil propiciou o cultivo da terra e a criação de gado. O locativo “Anicuns” deve-se à tribo indígena Guanicans que habitava a região e que, por sua vez, ornavam-se com a plumagem dos pássaros de mesmo nome, estes se destacavam pelo porte, peso e comprimento de suas asas.
- Um presídio militar, cuja construção ocorreu em 1850, deu origem a um incipiente povoamento próximo à confluência do Rio Vermelho com o Rio Araguaia. Muitas etnias habitavam o território entre elas destacavam-se os

Karajás (que ainda habitam a região). Para homenagear a imperatriz, o lugar recebeu o nome de “Leopoldina”, com a chegada de religiosos, passou a se chamar “Santa Leopoldina”, mas, com a emancipação à vila, em 1868, volta a denominar-se “Leopoldina”. Em 1939, tornou-se “Aruanã”, nome de um peixe abundante na região.

- A região habitada pelos Kaiapó foi devassada pelos mineiros em busca do ouro. Com a construção de uma igreja em louvor ao Divino Espírito Santo em 1845, surgiram as primeiras casas do então povoado de Torres do Rio Bonito, depois em 1911, apenas Rio Bonito e em 1943, tem seu nome mudado para “Caiapônia” (do tupi *caá-y-póra* + -(a)nia variação do sufixo nominal do latino *-anus*, *-ana* que se documentam em nomes e modificadores com as noções de proveniência, origem entre outras) em lembrança aos primeiros habitantes da região.
- Corumbá de Goiás (sm. do tupi *curú-mbd* ‘seixos esparsos, cascalho raso’), Corumbaíba (Corumbá + corr. do tupi *-yba*, *yb-á* ‘o que nasce da árvore, o fruto’), surgiram respectivamente em 1731 e 1885, a primeira como polo de mineração nos Rios Corumbá e ribeirão Bagagens, a segunda, como ponto forçado de passagem de viajantes vindos de São Paulo (ou de outras partes do país) para Vila Boa, capital da província de Goiás.
- O início do povoamento da cidade de Crixás deu-se ainda em 1726, com a passagem da bandeira de Bartolomeu Bueno Filho ao descobrir no lugar ricas minas de ouro. No entanto, a região já era habitada pelos índios da etnia “Kirirás” ou “Curuchás”, adaptado em tupi para “Crixás”.
- “Sesmaria das Rosas”, posteriormente, conhecida por Samambaia, caminho de passagem para os que se dirigiam à Vila Boa, tornou-se, em 1908, “Cumari” (adj. corr. tupi *cu-mbori* ‘que excita a língua’) devido à planta nativa de mesmo nome abundante na região.
- Por volta de 1881, um escravo de nome Miguel Cardoso da Conceição, promoveu uma ladainha em louvor a Santo Antônio, a partir de então, os festejos se tornaram frequentes dando origem ao povoado de “Boa Vista”, mais tarde “Iracema” e, em 1887, foi elevado a distrito com o topônimo “Iaciara” (do tupi *jassy-ara* ‘nome próprio’).
- Em relação aos topônimos Inhumas e Ipameri, tem-se respectivamente, o primeiro surgiu em 1858, com a Fazenda Goiabeiras (árvore frutífera abundante na região); em 1886, atraídos pela fertilidade das terras, o lugar recebeu os primeiros moradores, mas somente em 1908, passou a “Inhumas” (do tupi *nhã* - um com anteposição do artigo “a” ‘ave preta’) devido à ave que, com seu canto, traz nostalgia às margens dos ribeirões da região.
- Já Ipameri, antes “Vai-vém”, depois “Entre Rios”, tornou-se “Ipameri” (sm. do tupi *upaba* ‘água de mosca de lago’ + *mberu* ‘mosca’ + *y’água*, ‘lagoa pequena’) em 1904, mas os moradores consideram que o termo significa ‘entre águas ou entre rios’.
- Itaberaí, Itapirapuã, Itarumã e Itauçu (os “itá”) surgiram entre 1755 e 1892. Esses locativos apresentam a base tupi “itá” ‘pedra’ e remetem a aspectos naturais ou subjetivos, especificando o termo “pedra”, respectivamente: (*itabera-y* ‘rio de pedra luzente’); (*itá-apyra-puama* ‘ponta de pedra’); (*itá-r-u-ymã* ‘antigo bebedouro de pedra’) e (*ita-ussu* ‘pedra grande’).
- Por volta de 1824, foi aberta uma estrada para ligar Anhangüera (GO) a Uberaba (MG), com o nome de “Itumbiara”. Foi instalado um posto de arrecadação à margem do Rio Paranaíba, onde surgiu o povoado “Porto de Santa Rita”, depois apenas “Porto”. A partir de 1943, com a emancipação, o topônimo da cidade passou a ser o mesmo da estrada, isto é, “Itumbiara” (do *tupiytu-embé-ara* ‘cachoeira que cai pelas bordas’). Para os moradores, o termo significa ‘caminho da cachoeira’.
- O início do povoamento de Jaraguá se deu no século XVIII pelos faiscadores que acorreram ao córrego dos Jaraguás atraídos pelo prenúncio da riqueza aurífera do lugar. A construção da capela em louvor a Nossa Senhora da Penha impulsionou o crescimento do arraial que teve como primeiro nome “Nossa Senhora da Penha de Jaraguá”, depois apenas Jaraguá (do tupi *yara-guá* ‘ponta proeminente, dedo de Deus’) nome de planta de fibras têxteis.

- Diferentemente dos demais municípios fundados em decorrência da extração do ouro em Goiás, Jataí (do tupi *y-a-ataí* ‘árvore de fruto duro’, designa também uma espécie de abelha) teve seus primeiros núcleos populacionais relacionado à expansão de gado em 1836 fundando uma fazenda às margens do Rio Claro, posteriormente uma capela em louvor ao Divino Espírito Santo de Jataí, surgindo então o distrito de Paraíso de Jataí.
- Tanto Mairipotaba como Mambai tiveram início na segunda metade do século XIX. Mairipotaba (do tupi *mairy* ‘a grande população’ + *taba* ‘do tupi geral ‘o povoado, o arraial’) desenvolveu-se em torno da estação telegráfica criada pelo governo da União em 1892. Mambai surgiu próximo ao Córrego Riachão, primeiro topônimo do município, alterado por documento desconhecido para “Mambai” (do tupi *amambai-y* ‘rio das samambaias’).
- O povoamento de Piracanjuba (do tupi *pirá-acan-yuba* ‘peixe de cabeça amarela ou dourada’) teve início por volta de 1830 com o objetivo de se estabelecer um pouso para facilitar as relações comerciais entre Goiás, Minas e São Paulo. O topônimo está relacionado à lenda indígena que relata a história de dois jovens, o cacique Piracan e a filha de seu inimigo, Jubara, cujo amor proibido fez com ambos se atirassem ao rio. Então surgiu nas águas do mesmo rio, um peixe até então desconhecido, assim receberam o nome de Piracanjuba, tanto o peixe como o rio.
- Nas primeiras notícias de povoamento em Porangatu, consta a existência da fazenda Pindoreira, uma “Colônia de índios” fundada pelos padres da companhia de Jesus. Posteriormente, no século XVIII, surgiu um núcleo urbano cujo topônimo era “Descoberto”, também relacionado às descobertas de ouro. Em 1943, passou a denominar-se “Porangatu” (do tupi *poran* + *gatu* ‘bela passagem’) (SIQUEIRA; DAVID, 2014, p. 126-129).

Isto posto, como bem coloca as autoras, o estudo dos designativos toponímicos pode revelar aspectos dos valores axiológicos da história de um lugar, já que estes refletem as especificidades do lugar apreendidas pelos falantes em suas interações comunicativas e com o meio em que vivem. Isso relacionado a vários processos que motivaram e culminaram com a escolha de um determinado nome para um lugar, sendo esse espaço um acidente físico natural ou um acidente antropocultural.

Para adentrar na discussão acerca dos fatores que promovem as mudanças toponímicas requer alinhamento com teóricos como Dauzat (1971), que distingue dois tipos gerais de mudança toponímica: as substituições (troca de um topônimo por outro) e as transformações (alterações ocorridas no mesmo topônimo, ao longo dos tempos). Entre aquelas, destaca as espontâneas (naturais, fruto do uso popular), que se dão por eliminação do nome antigo por outro ou por mudança de língua; e as sistemáticas, fruto da imposição de autoridades (impostas) ou de sugestão acatada pelas autoridades (aceitas). Entre as transformações, o autor discrimina, ainda, as ocorridas no interior de uma mesma língua por mudança e/ou acidente fonético, alteração paronímica ou alteração meramente gráfica; das decorrentes da passagem do topônimo de um idioma para outro.

Convém, no entanto, em consonância com Dick (2001, p. 81-82), reiterar que:

i) o sistema onomástico utiliza-se dos mesmos constituintes disponíveis no léxico virtual da língua; ii) a construção de uma nomenclatura de locativos caracteriza-se, em sua fase inicial pela utilização de enunciados expandidos, contendo a ideia básica do traço enfatizado (rio que é vermelho), lugar onde existem espécies de vegetação (comestível, não comestível, conhecida, desconhecida, abundante ou rara); iii) acomodação do hábito linguístico em formas enunciativas contratas, ligadas ao esquema gerativo anterior, como uma transcendência do uso coletivo da expressão (Palmeiras de Goiás, GO); iv) formação de locativos e apelativos por um processo de derivação imprópria ou por conversão<sup>12</sup> de uma classe gramatical em outra. v) concentração das designações em duas categorias principais: designativo (substantivo) e qualificativo (adjetivo); vi) interpretação/explicação da macro/micronomenclatura regional pelos eixos paradigmático e sintagmático da linguagem; vii) correspondência do sistema onomástico ao eixo axiológico das normas discursivas modalizadas pelo enunciador/denominador [...]; viii) distinção tipológica dos enunciados linguísticos e dos enunciados onomásticos frente ao enunciador/denominador, enunciatário/receptor, relação de significância entre actantes sógnicos (sujeito – lexicalização – nexos relacionante – referente/objeto nomeado).

A mudança toponímica advém depois e, obviamente segue esses passos. O aporte teórico sobre mudança toponímica pauta-se em Ramos (2017) que, provavelmente seja o primeiro e único estudo sobre mudança de locativos. O autor traz os conceitos necessários para este estudo. Assim, faz-se uma compilação dos critérios apontados por Ramos (2017) acerca de como descrever as mudanças toponímicas. Ela aponta alguns critérios e categorias relevantes em seu estudo no interior da Teoria da Variação e Mudança Linguística (como os fatores condicionantes da mudança). Para o autor, ao longo da história, os topônimos passam por mudanças que atingem ora o seu termo específico, ora o genérico. Conforme Dick (2001, p. 87); uma composição toponímica pode associar “o elemento genérico (constante toponímica) ao dado particular do objeto da nomeação (termo específico/determinante)”.

Com relação ao tipo de mudança dos termos específicos, Ramos (2017) agrupou os processos observados de acordo com os seguintes critérios: fator condicionante, que classifica as mudanças em: i) sistemáticas – se houver intervenção de algum poder público ou pela imposição da vontade de alguma autoridade ou pela aceitação expressa da sugestão de especialistas ou ainda da vontade popular expressa, quase sempre, por plebiscito; ou ii) espontâneas – em decorrência do uso popular, aceito, tacitamente, pelo poder público.

Dentro dos quadros teóricos propostos por Ramos (2017), esses fatores condicionantes e as categorias deles derivadas relacionam-se à avaliação da mudança a sua implementação.

---

<sup>12</sup> Em relação aos topônimos o processo de conversão (ou derivação imprópria, nomenclatura tradicional) ocorre porque um nome comum é alçado à classe de nomes próprios. É um processo bastante comum na toponímia, como exemplo têm-se: águas + lindas = Águas Lindas de Goiás; caldas + novas = Caldas Novas.

Nem sempre, de acordo com o autor, as mudanças sistemáticas impostas são bem aceitas pela população, às vezes, geram protestos que chegam a fazer com que o poder público tenha de restaurar a nomenclatura anterior. Por sua vez, geralmente, as mudanças sistemáticas aceitas pelo poder público ocorrem em momentos de emancipações municipais. “Até a data de emancipação, algumas localidades têm um determinado nome. Para demarcar a nova fase, surgem sugestões de especialistas ou populares que, uma vez apreciadas pela autoridade competente (em geral a Câmara de Vereadores ou a Assembleia Legislativa), são adotadas” (RAMOS, 2017, p. 125).

O autor, ainda traz outros critérios e condicionantes que influenciam no fenômeno de mudança toponímica, como o de conservação ou inovação de categoria toponímica, que classifica as mudanças em: formais – conservação do topônimo na mesma categoria, com alguma alteração na forma original ou totais – alteração da categoria toponímica e, por conseguinte, da forma do topônimo original.

O critério da relação entre o tamanho dos topônimos antigo e novo, que classifica as mudanças em: ampliações – o topônimo inovador é maior que seu antecessor ou reduções – o topônimo inovador é menor que seu antecessor.

Há também o critério da integridade do significante do topônimo, que classifica as mudanças em: internas – em relação a seu antecessor, o novo topônimo sofreu alguma alteração fonética ou gráfica ou externas – traduções literais dos topônimos originais para uma outra língua. Além do critério da preservação de elementos formantes de topônimo(s) anteriores, que classifica as mudanças em: conservação lexical – o novo topônimo conserva algum formante de anterior(es) ou regressão – retomada de topônimo anterior. Vale destacar que essas categorias se justapõem umas às outras, aparecendo isoladas muito raramente.

Nessa perspectiva, a mudança opera no sentido de desjuntar nome e fatores contextuais motivadores pregressos cuja memória pode indicar. Para Silva e Siqueira (2016), estudar a natureza da mudança toponímica, com base no que está registrado em documentos e o que ainda está resguardado pela lembrança de moradores que têm ciência dos fatos por relatos de gerações anteriores, analisa em que aspectos e grau o ambiente ofereceu aos primeiros habitantes, a motivação para a escolha dos nomes do lugar.

Dessa forma, o estudo tanto dos topônimos em geral quanto da mudança toponímica especificamente, revela “aspectos da inter-relação entre Língua, Povo e Território, não apenas no que se refere à história do lugar, mas também nas estreitas relações entre a população e o ambiente ainda natural, quando se trata de formação ainda incipiente de um Território” (SILVA; SIQUEIRA, 2016, p. 03).

Assim, é possível o estudo dos processos de mudança toponímica a partir de teorias como a da variação e mudança linguística, bem como a da inter-relação entre língua, povo e território, sendo adequada a taxonomia exemplificada neste tópico acerca de algumas mudanças toponímicas ocorridas em cidades do estado de Goiás.

### **3.3 Análise Toponímica de Goiás e de Palmeiras de Goiás**

Partindo do princípio de que os atos de nomeação de lugares representam sempre formas de apropriação de uma realidade, pesquisar a toponímia inclui investigações históricas. Já que apenas pelo próprio nome do lugar não será possível compreender a dinâmica e o poder da toponímia. Por essa razão, é indispensável coletar informações além dos dados oficiais dos anuários estatísticos e dos livros de história, para isso neste tópico será apresentada análise toponímica de Palmeiras de Goiás. Antes disso, considerando o exposto no tópico anterior sobre as categorias dos topônimos, vejamos o levantamento e classificação dos topônimos de Goiás, apresentado nos quadros 3 e 4.

Como já apresentado historicamente, o município de Palmeiras de Goiás, nos últimos anos passou a ter modificações em seu perfil produtivo através de movimentos de industrialização no estado. Com destaque no *ranking* dos municípios goianos realizado pelo Instituto Mauro Borges (IMB), a regularidade de vendas e potencial de consumo alavancam a economia da cidade.

O desempenho econômico e o pequeno número de novas oportunidades claras de negócios, são pontos que chamam atenção para o município. De acordo com o Índice Caravela<sup>13</sup> no ano, o município acumula mais admissões que demissões em que os setores de lavouras temporárias e a construção de rodovias são os destaques positivos. Além disso, conforme demonstrativo da companhia houve incremento de 61 novas empresas na cidade.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/palmeiras-de-goi%C3%A1s---go>. Acesso: agosto de 2022.

Quadro 3 – Classificação dos Topônimos de Goiás

<b>Macrotopônimos Gerais</b>	
<b>Natureza Física</b>	<b>Natureza Antropocultural</b>
<b>Astrotopônimos</b> *Estrela do Norte	<b>Animotopônimos</b> Rialma Trindade
<b>Cardinotopônimos</b> *Alvorada do Norte, Montividiu do Norte	<b>Ecotopônimos</b> Castelândia
<b>Cromotopônimos</b> Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Cromínia, Ouro Verde de Goiás Rio Verde	<b>Axiotopônimos</b> Padre Bernardo, Professor Jamil, Senador Canedo
<b>Dimensiotopônimos</b> Alto Horizonte, Alto Paraíso de Goiás	<b>Dirrematotopônimos</b> Aparecida do Rio Doce *São Miguel do Passa Quatro, *Santa Rita do Novo Destino
<b>Fitotopônimos</b> *Buriti alegre de Goiás, *Buriti de Goiás, *Buritinópolis, Cocalzinho de Goiás, Flores de Goiás, *Gameleira de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis	<b>Cronotopônimos</b> Fazenda Nova, Joviânia, Mundo Novo, *Nova Crixás, *Nova Iguaçu de Goiás, Novo Gama, Novo Planalto
<b>Geomorfotopônimos</b> Bela Vista de Goiás, *Chapadão do Céu Campestre Campinorte, Campo Alegre de Goiás, Campo Limpo de Goiás, Campos Belos, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Montes Claros de Goiás, Montividiu, Planaltina, Serranópolis, Varjão	<b>Corotopônimo</b> Brazabrantes, Britânia, Catalão, Mineiros, *Nova América, *Nova Roma, *Nova Veneza, *Novo Brasil, Palestina de Goiás, Pirenópolis

Continua

Quadro 3 – Classificação dos Topônimos de Goiás (continuação)

<b>Macrotopônimos Gerais</b>	
<b>Natureza Física</b>	<b>Natureza Antropocultural</b>
<b>Hidrotopônimos</b> Água Fria de Goiás, Água Limpa, Águas Lindas de Goiás, Cachoeira Alta, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Caldazinha, *Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Hidrolândia, Rianápolis, Rio Quente	<b>Hierotopônimos</b> Bom Jesus de Goiás Bonfinópolis, Cristianópolis, Divinópolis, Jesúpolis, Nazário, Santa Cruz de Goiás, Santa Fé de Goiás Valparaíso de Goiás
<b>Litotopônimos</b> *Barro Alto Cristalina, Niquelândia, Petrolina	<b>Ergotopônimos</b> Baliza, Porteirão Portelândia
<b>Meteorotopônimos</b> *Alvorada do Norte, *Nova Aurora	<b>Mitotopônimos</b> Ceres
<b>Morfotopônimos</b> *Morro Agudo de Goiás, Pontalina	<b>Historiotopônimos</b> Ipiranga de Goiás
Outros (sem definição) Posse Trombas Turvânia Turvelândia	<b>Poliotopônimos</b> Cidade Ocidental Sítio d'Abadia Vila Boa Vila Propício
	<b>Numerotopônimos</b> Três Ranchos
	<b>Sociotopônimos</b> Bom Jardim de Goiás, Orizona, Ouvidor, Palmelo
	<b>Somatotopônimos</b> Cabeceiras

Continua

Quadro 3 – Classificação dos Topônimos de Goiás (continuação)

<b>Macrotopônimos Gerais</b>	
<b>Natureza Física</b>	<b>Natureza Antropocultural</b>
	<p><b>Hagiotopônimos</b>            Santa Bárbara de Goiás,            Santa Helena de Goiás,            Santa Isabel,            Santa Rita do Araguaia,            Santa Rosa de Goiás,            Santa Tereza de Goiás,            Santa Terezinha de Goiás,            Santo Antônio da Barra,            Santo Antônio de Goiás,            Santo Antônio do Descoberto,            São domingos,            São Francisco de Goiás,            São João d'Aliança,            São João da Paraúna,            São Luís dos Montes Belos,            *São Luiz do Norte,            São Miguel do Araguaia,            São Patrício,            São Simão</p>
	<p><b>Antropotopônimos</b>            Adelândia,            Alexânia,            Amaralina,            Americano do Brasil,            Amarinópolis,            Anápolis,            Aparecida de Goiás,            Avelinópolis,            Cavalcante,            Cezarina,            Damianópolis,            Damolândia,            Davinópolis,            Doverlândia,            Firminópolis,            Gouvelândia,            Heitorai,            Israelândia,            Ivolândia,            Leopoldo de Bulhões,            Luziânia,</p>

Continua

Quadro 3 – Classificação dos Topônimos de Goiás (continuação)

<b>Macrotopônimos Gerais</b>	
<b>Natureza Física</b>	<b>Natureza Antropocultural</b>
	<b>Antropotopônimos</b> Mara Rosa, Maurilândia, Mossâmedes, Mozarlândia, Nerópolis, Perolândia, Pires do Rio, Sanclerlândia, Silvânia, Vianópolis, Vicentinópolis, Teresina de Goiás, Terezópolis

Fonte: O autor, de acordo com as taxonomias de Dick (1992)

\*Podem ser inseridos também em outra(s) tax(es).

Quadro 4 – Classificação dos Topônimos de Goiás de origem indígena

<b>Macrotopônimos de origem indígena (raiz ou algum morfema de origem tupi ou de outra língua)</b>	
1 Acreúna	36 Itaberaí
2 Anhanguera	37 Itaguari
3 Anicuns	38 Itaguaru
4 Aporé	39 Itajá
5 Araçu	40 Itapaci
6 Aragarças	41 Itapirapuã
7 Aragoiânia	42 Itapuranga
8 Araguapaz	43 Itarumã
9 Aruanã	44 Itauçu
10 Buriti Alegre	45 Itumbiara
11 Buriti de Goiás	46 Jandaia
12 Buritinópolis	47 Jaraguá
13 Caçu	48 Jataí
14 Caiapônia	49 Jaupaci
15 Campinaçu	50 Jussara
16 Caturaí	51 Mairipotaba
17 Corumbá de Goiás	52 Mambaí
18 Corumbaíba	53 Matrinchã
19 Crixás	54 Minaçu
20 Cumari	55 Moiporá
21 Goianápolis	56 Mutunópolis
22 Goiandira	57 Nova Crixás

Continua

Quadro 4 – Classificação dos Topônimos de Goiás (continuação)

<b>Macrotopônimos de origem indígena (raiz ou algum morfema de origem tupi ou de outra língua)</b>	
23 Goianésia	58 Nova Iguaçu de Goiás
24 Goiânia	59 Panamá
25 Goianira	60 Paranaiguara
26 Goiatuba	61 Paraúna
27 Guapó	62 Piracanjuba
28 Guaraíba	63 Piranhas
29 Guarani de Goiás	64 Porangatu
30 Guarinos	65 Rubiataba
31 Iaciara	66 Taquaral de Goiás
32 Indiara	67 Uirapuru
33 Inhumas	68 Uruaçu
34 Ipameri	69 Uruana
35 Iporá	70 Urutaí

Fonte: O autor, de acordo com as taxonomias de Dick (1992)

Considerando o exponencial potencial de crescimento e desenvolvimento de Palmeiras de Goiás, o município é polo em sua região, dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes para logística de transportes. Bem como é o 1º município mais populoso com 29,4 mil habitantes.

O PIB (Produto Interno Bruto) do município é de cerca de R\$ 1,1 bilhão de reais, sendo que 37,1% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (29,2%), da agropecuária (13,5%) e da administração pública (13,5%). Com esta estrutura, o PIB per capita de Palmeiras de Goiás é de R\$ 38,3 mil, valor superior à média do estado (R\$ 29,7 mil), da grande região de São Luís de Montes Belos - Iporá (R\$ 29,8 mil) e da pequena região aglomerada de Palmeiras de Goiás (R\$ 35,8 mil)<sup>14</sup>.

Portanto, em razão do movimento de industrialização do estado, eventos como a chegada da estrada de ferro, entrando pelo sul do estado, em Catalão, chegando a Anápolis possibilitando redução dos custos de transporte, a transferência da capital do estado para Goiânia, a transferência da capital federal para território goiano, e a mecanização da agricultura possibilitaram a melhorada terra e a adaptação para produção de *commodities* no território goiano (ARRIEL, 2017).

Nesse contexto, com o advento da integração agropecuária e indústria, em um cenário mais amplo com políticas estaduais de incentivo e industrialização a formação de complexos industriais desponta em Palmeiras de Goiás.

<sup>14</sup>Dados colhidos do Índice Caravela, 2022.

Dessa forma, dado o evidente desenvolvimento social e urbano do município retoma-se as características referentes a mudança toponímica da cidade. Conhecendo a história de Palmeiras de Goiás, descrita brevemente no segundo capítulo, é pertinente reforçar e narrar o percurso responsável pelas alterações dos nomes do lugar até os dias atuais. Serão, portanto, apresentados a seguir mais detalhes sobre a história da cidade através das contribuições de De Araújo et al. (2022) e Novaes (2004).

Portanto, com o levantamento bibliográfico que subsidia as considerações desta dissertação, bem como obras e artigos da linguista Dick, serão apresentadas fichas lexicográficas-toponímicas adaptadas a partir do modelo elaborado por ela. Esse recurso instrucional, frequentemente utilizado em estudos toponímicos, servirá de apoio para a explanação sobre as mudanças toponímicas da cidade.

Padroeiro da cidade, São Sebastião tem um papel importante na história do município de Palmeiras de Goiás, uma vez que seu nome fora utilizado para batizar o até então povoado, que tenderia a crescer a partir da doação de terras por uma família procedente de São Paulo, a família do tenente Antônio Martins Ferreira de Andrade. Este foi à Capital da Província de Goiás, em 1800, requerer terras devolutas às margens do rio dos Bois, as quais foram concedidas pelo então governador da Província, Fernando Freire Delgado de Castilho. A família dos Andrade deu às terras o nome de Sítio das Palmeiras por haver milhares de coqueiros na região. Dessa forma, logo após a aquisição das terras, foi erguida uma cruz de madeira e ocorreu a celebração de uma missa em homenagem ao Santo Padroeiro.

Os Andrade venderam sua propriedade aos Martins, que se comprometeram construir uma Igreja, o que não foi feito. Pois não enxergavam com bons olhos a ideia de ter um arraial perto de suas terras. Quando lhes foi cobrada a construção da igreja, alegaram que a construiriam em outro local, pois naquele patrimônio havia contrabando de pinga, os escravos bebiam e não trabalhavam. Após este entendimento, ficou decidida a mudança do patrimônio de São Sebastião para outro local.

O local escolhido foi a região onde vivia um homem de vivência simples chamado Jonas, de nacionalidade alemã, que se estabeleceu na região e traçou os objetivos de garimpar e encontrar ouro se fixando em um lugar definitivo. Com a lavratura da Escritura no Livro de Ouro de São Sebastião, ficou então transferido o Patrimônio para o local. Jonas vivia próximo a um córrego, em que criou laços com moradores do arraial que logo mais retomaram com a construção da igreja.

Novas famílias, vindas de Minas Gerais, chegaram e aumentaram a população da região. Desde então todos os habitantes da localidade passaram a ajudar na construção, a igreja então

foi inaugurada em 1843, com festas, batizados e toque dos sinos doados e trazidos de Uberaba em lombos de burros, numa viagem que durou quase um ano.

Após muitos anos em busca do ouro às margens desse córrego, que a princípio nem tinha uma identificação, Jonas deu nome ao lugar que passou a ser identificado como Córrego do Alemão. O garimpeiro com o passar dos anos veio a contrair uma pneumonia que ceifou sua vida. Fora enterrado junto ao altar de São Sebastião como havia pedido, por ser muito católico e fervoroso nas práticas religiosas. Ele foi o primeiro sã cristão da Igreja de São Sebastião, por isso mais tarde o arraial viera a receber o nome de São Sebastião do Alemão, sobrenome em homenagem a sua pessoa.

A formação do povoado de São Sebastião do Alemão, por volta de 1850, se deve a Felipe de Oliveira. O povoado foi elevado à categoria de Freguesia em 09 de novembro de 1857, por força da Resolução n°. 08/57. A Freguesia cresceu, porém, sem ser reconhecida pela Coroa, e recebeu cada vez mais famílias, e, entre elas, a família Coimbra, cujos membros se estabeleceram como comerciantes e deram um novo impulso ao lugarejo. Com os esforços da comunidade, liderados por Abel Coimbra, conseguiu-se elevar a Freguesia à categoria de Vila, através da Lei n°. 914, de 10 de dezembro de 1887.

Porém, somente em 07 de fevereiro de 1892, foi solenemente instalada a Vila de São Sebastião do Alemão que pertencia ao município de Goiás (antiga capital do Estado de Goiás). Como a Vila progrediu bastante, foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual n°. 269, de 06 de julho de 1905, ficando, portanto, neste momento, independente da cidade de Goiás.

Quadro 5 – Ficha lexicográfica São Sebastião do Alemão

<b>Nº de ordem:</b> 01	
<b>Topônimo:</b> São Sebastião do Alemão	<b>Localização:</b> Palmeiras de Goiás
<b>Taxionomia:</b> Hagiopônimo	<b>Natureza:</b> Antropocultural
<b>Origem:</b> Grego	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Composto (São + Sebastião+ do + Alemão – sobrenome)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Povoado, Freguesia, Vila, do município. Padroeiro São Sebastião. Na microrregião do Rio dos Bois, próximo a Córrego Azul, entre Rio Turvo e Rio dos Bois.	
<b>Fonte:</b> Neto (2022), IBGE (2017).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2022 a Set./2022.	
<b>Pesquisador:</b> Mauro André Oliveira da Silva Neto	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Devido à grande quantidade da planta conhecida como palmeira na localidade, São Sebastião do Alemão passou a chamar-se Palmeiras no dia 14 de julho de 1917, pela Lei nº. 540.

Quadro 6 – Ficha lexicográfica Palmeiras

<b>Nº de ordem:</b> 02	
<b>Topônimo:</b> Palmeiras	<b>Localização:</b> Palmeiras de Goiás
<b>Taxionomia:</b> Fitotopônimo	<b>Natureza:</b> Física-natural
<b>Origem:</b> Latim	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Palm+eira + s)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Povoado, Freguesia, Vila, do município. Na microrregião do Rio dos Bois, próximo a Córrego Azul, entre Rio Turvo e Rio dos Bois, presença acentuada da planta palmeira.	
<b>Fonte:</b> Neto (2022), IBGE (2017).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2022 a Set./2022.	
<b>Pesquisador:</b> Mauro André Oliveira da Silva Neto	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Elevada a Comarca no dia 8 de maio de 1940 pelo Decreto Estadual nº 13.174, novamente mudou o seu nome. Pelo Decreto Estadual nº 8.305 de 31 de dezembro de 1943 Palmeiras passou a se chamar Mataúna que significa “Mata Escura”, também devido as suas características ambientais da flora.

Quadro 7 – Ficha lexicográfica Mataúna

<b>Nº de ordem:</b> 03	
<b>Topônimo:</b> Mataúna	<b>Localização:</b> Palmeiras de Goiás
<b>Taxionomia:</b> Fitotopônimo	<b>Natureza:</b> Física-natural
<b>Origem:</b> Latim	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Simples (Mata + una)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Povoado, Freguesia, Vila, Comarca. Na microrregião do Rio dos Bois, próximo a Córrego Azul, entre Rio Turvo e Rio dos Bois, presença acentuada da planta palmeira.	
<b>Fonte:</b> Neto (2022), IBGE (2017).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2022 a Set./2022.	
<b>Pesquisador:</b> Mauro André Oliveira da Silva Neto	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Conforme o artigo 65 das disposições transitórias da constituição estadual de 1947, por força do deputado estadual Doutor José Mendonça, o município voltou a se chamar Palmeiras, acrescentando “de Goiás”, isto é, Palmeiras de Goiás. O afixo “de Goiás” como identificador para os demais municípios no Brasil que são denominados de “Palmeiras”. A cidade continuou em constante crescimento, houve um surto migratório, várias famílias vieram procedentes da cidade de Pirenópolis para residir e trabalhar formando uma autêntica colônia no início de sua povoação.

Com o escopo de narrar a história da cidade de Palmeiras de Goiás, propusemos analisar as mudanças toponímicas do município e ainda possibilitar aos leitores maior conhecimento acerca da história, relevância e riqueza cultural, mesmo que de forma resumida, desse lugar do estado goiano. Se faz oportuno saber como os primeiros habitantes chegaram nessas terras, se instalaram e construíram o recanto cultural que há lá hoje.

Quadro 8 – Ficha lexicográfica Palmeiras de Goiás

<b>Nº de ordem:</b> 04	
<b>Topônimo:</b> Palmeiras de Goiás	<b>Localização:</b> Palmeiras de Goiás
<b>Taxionomia:</b> Fitotopônimo	<b>Natureza:</b> Física
<b>Origem:</b> Latim + Tupi	
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome Composto (Palmeiras + de+ Goiás)	
<b>Informações enciclopédicas:</b> Cidade, do município, do termo e comarca de igual nome. Na microrregião do Rio dos Bois, próximo a Córrego Azul atual Linda Vista, entre Rio Turvo e Rio dos Bois.	
<b>Fonte:</b> Neto (2022), IBGE (2017).	
<b>Data da coleta:</b> Ago./2022 a Set./2022.	
<b>Pesquisador:</b> Mauro André Oliveira da Silva Neto	
<b>Revisor:</b> Prof. <sup>a</sup> Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Ao analisar as fichas lexicográficas dos topônimos de São Sebastião do Alemão, Palmeiras, Mataúna e Palmeiras de Goiás, é possível observar as transformações ocorridas nos nomes geográficos ao longo do tempo, assim como suas origens etimológicas. O município de Palmeiras de Goiás, em particular, teve diferentes denominações, refletindo aspectos históricos, culturais e ambientais da região.

É evidente nas variações toponímicas a influência da cultura local e a presença marcante da planta palmeira. Essa análise toponímica é relevante para compreender a história e a riqueza cultural dessa cidade goiana, ressaltando a importância do estudo dos nomes de lugares na compreensão da identidade e da evolução dos territórios.

### 3.4 Análise Toponímica dos bairros de Palmeiras de Goiás

Palmeiras de Goiás está subdividida regionalmente em 47 bairros (Mapa 5). Cada um desses setores funciona como uma comunidade com características singulares, mas que estão inseridas no plural que a cidade e seus habitantes expressam. A localização geográfica, a fundação, a vegetação, a fauna, as atividades profissionais, as personalidades e a religião cristã são parte importante dessas características que, além de dar nome ao bairro, estão presentes na rotina de seus moradores. As categorias toponímicas em que se encaixam os bairros de Palmeiras de Goiás estão listadas no quadro 7.

Quadro 9 – Classificação dos Topônimos de Palmeiras de Goiás

<b>Nome Do Bairro</b>	<b>Taxes</b>
Bairro Goianinha	Corotopônimos
Centro Operacional	Sociotopônimos
Chácara Nossa Senhora Da Guia	Hagiotopônimos
Condomínio Aldeia Do Lago	Poliotopônimos
Condomínio Copal	Sociotopônimos
Condomínio Industrial	Sociotopônimos
Condomínio Portal Palmeiras	Fitotopônimos
Conjunto Castelo Branco	Antropotopônimo
Conjunto Genoveta Franco	Antropotopônimo
Distrito São João	Hagiotopônimos
Parque Industrial	Sociotopônimos
Perímetro Urbano (Zona Suburbana)	Hodotopônimos
Residencial Jardim Das Acácias	Fitotopônimos
Residencial Cristovan Rodrigues De Souza	Antropotopônimo
Residencial Flórida	Corotopônimos
Residencial Maria José	Antropotopônimo
Residencial Maria Pires Perillo	Antropotopônimo
Residencial Nelson Mariotto	Antropotopônimo

Continua

Quadro 9 – Classificação dos Topônimos de Palmeiras de Goiás (continuação)

Residencial Orlando Peró	Antropotopônimo
Residencial Samara	Antropotopônimo
Setor Aeroporto	Sociotopônimos
Setor Antônio Bueno	Antropotopônimo
Setor Bariloche	Corotopônimos
Setor Bela Vista	Corotopônimos
Setor Belo Horizonte	Corotopônimos
Setor Boa Esperança	Dirrematotopônimos
Setor Boa Vista	Corotopônimos
Setor Central	Cardinotopônimos
Setor Jaçanã	Zootopônimos
Setor Jardim Alvorada	Cardinotopônimos
Setor Jardim Amazonas	Corotopônimos
Setor Jardim Atlântico	Corotopônimos
Setor Jardim das Oliveiras	Fitotopônimos
Setor Jardim Planalto	Geomorfotopônimos
Setor José Cândido Guimarães	Antropotopônimo
Setor Major Sinfrônio	Axiotopônimos
Setor Martinho	Antropotopônimo
Setor Moraes	Antropotopônimo
Setor Nova Aurora	Meteorotopônimos
Setor Oeste	Cardinotopônimos
Setor Piatã	Corotopônimos
Setor Real	Não Categorizado
Setor São João	Hagiotopônimos
Setor São José	Hagiotopônimos
Setor Sul	Cardinotopônimos
Setor Universitário	Sociotopônimos
Vila Rézio	Poliotopônimos

Fonte: O autor, de acordo com as taxonomias de Dick (1992)

É possível perceber que há padrões de toponímia que se repetem por toda a cidade. A maioria foi nomeada a partir de nomes próprios de pessoas importantes para a história da localidade. São 12 bairros cuja toponímia é antropotopônima, dentre os quais está o Residencial Maria Pires Perillo, uma mulher de grande notabilidade além de ser a mãe do ex-governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, cuja infância foi vivida em Palmeiras de Goiás.

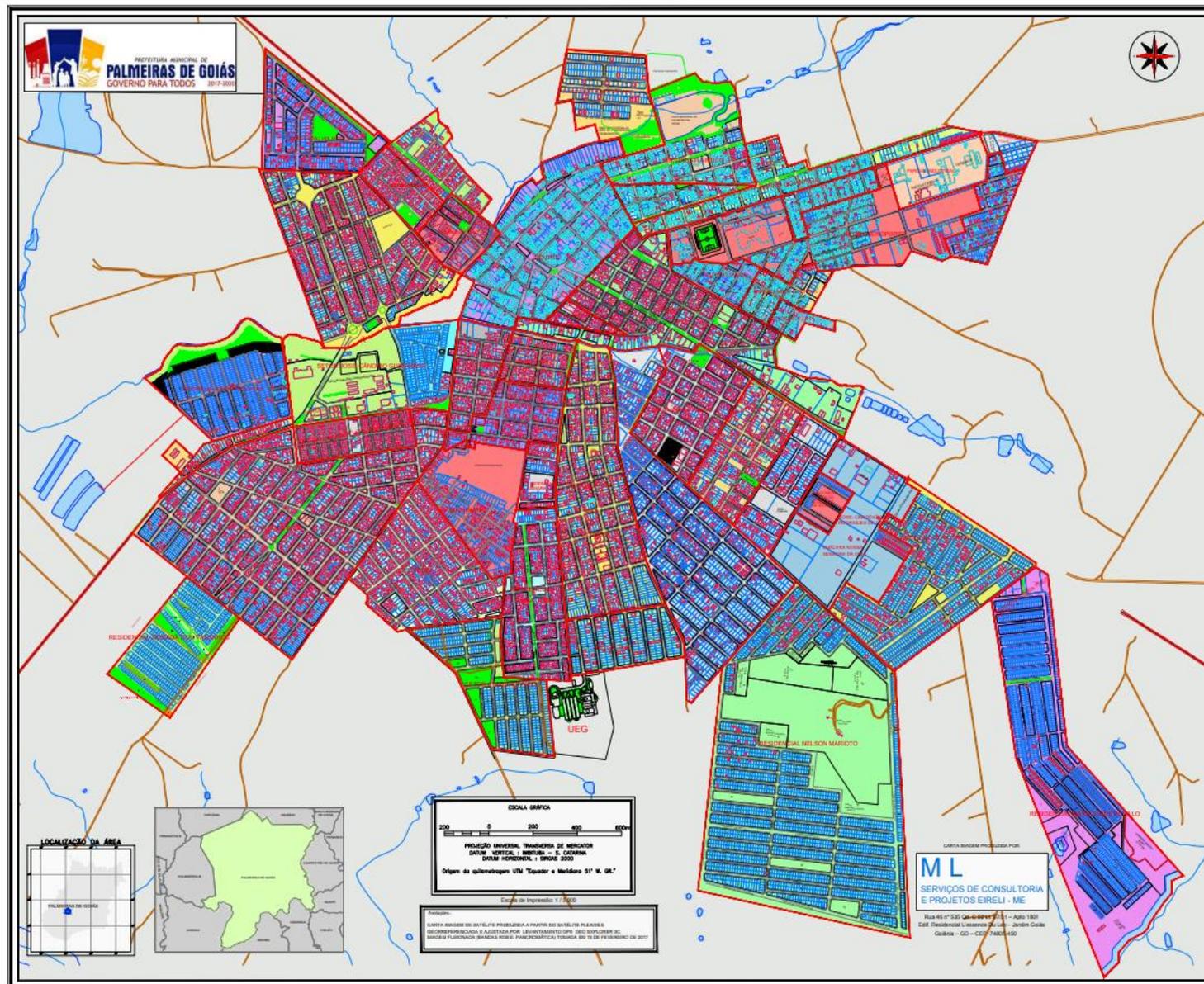
Assim como a vegetação teve influência na nomenclatura da cidade, seus bairros também foram nomeados sob similar domínio (fitotopônimos). O Residencial Jardim Das Acácias é um exemplo dentre os setores que levam em sua aura um significado pautado na flora.

Há ainda relevância em mencionar os bairros que receberam nomes de Santos (hagiotopônimos), como é o caso do Setor São José, um dos bairros mais antigos do município, cuja importância para a formação da região, que hoje se conhece como Palmeiras de Goiás, é bastante expressiva e tradicional.

A análise toponímica dos bairros de Palmeiras de Goiás revela a diversidade e singularidade de cada setor, refletindo as características geográficas, históricas, culturais e ambientais da região. Compostos por nomes que remetem a pessoas importantes na história local, como personalidades políticas e religiosas, bem como por fitotopônimos que fazem referência à vegetação predominante, os bairros refletem a identidade e a riqueza cultural da cidade.

Além disso, a classificação dos topônimos em diferentes categorias, como antropotopônimos, hagiotopônimos e fitotopônimos, proporciona uma compreensão mais abrangente dos elementos que influenciaram a nomenclatura dos bairros. Essa análise contribui para a compreensão da evolução do território e da identidade local, revelando a importância do estudo dos nomes de lugares na preservação da memória e na valorização da história de Palmeiras de Goiás.

Mapa 5 – Mapa setorial de  
Palmeiras de Goiás



Fonte: Prefeitura de Palmeiras  
de Goiás, 2023

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se pautou na ciência da Onomástica, na subárea da Toponomástica por meio dos estudos realizados no Brasil, que tem como sua grande pioneira, a autora Dick (1975). Deixa-se neste estudo definições ágeis e pontuais acerca da toponímia, pretendendo corroborar com os estudiosos que se dedicam a estas pesquisas da língua.

Foi possível alcançar os objetivos propostos neste estudo, fornecendo definições claras e concisas sobre a toponímia e sua importância na compreensão da história e identidade da cidade de Palmeiras de Goiás. Através da abordagem documental e da análise descritiva dos topônimos, foi possível identificar padrões e influências significativas, como a presença do sagrado e da vegetação, que moldaram a nomenclatura dos bairros e da cidade.

Ainda como um trabalho singular, pois envolve a toponímia da cidade de Palmeiras de Goiás, esse estudo acrescenta e interessa aos estudiosos que queiram saber da origem da cidade e da história do nosso estado, uma vez que a cidade de Palmeiras de Goiás carrega grandes contribuições econômicas, políticas e culturais para o nosso Estado.

Propusemos como metodologia desse trabalho o caráter documental de forma que possibilitasse conhecer melhor a história do município compreendendo os fatores históricos e sociais que levaram a nomeação destes.

Após os estudos descritivos toponímicos realizados pode-se observar que houve grande influência do sagrado, uma vez que o primeiro nome que a cidade recebeu foi São Sebastião do Alemão (*hagiotopônimo*). E, posteriormente, a cidade recebeu nomes Fitotopônimos (Mataúna e Palmeiras de Goiás) devido à vegetação prevalente no município.

Para essas classificações, recorreremos às taxonomias toponomásticas em livros, dissertações, teses e artigos científicos. E aqui, destaca-se dizer que as pesquisas relacionadas a este assunto ainda são limitadas no Brasil.

Apesar de suas limitações, o estudo fez-se necessário, se utilizando de uma revisão taxonômica toponímica dos municípios goianos e levantou a necessidade de novas pesquisas voltadas a toponímia, uma vez que estas reverberam à política, história e cultura não só do espaço geográfico, mas também do seu povo.

A realização do estudo possibilitou conhecer outras regiões que também recorreram a elementos da fitotoponímia para nomear os seus municípios, como por exemplo Palmeiras do Tocantins. A estrutura morfológica da palavra Palmeiras de Goiás, substantivo composto, que é formada por Palmeiras (nome dado devido a sua vegetação) e Goiás (Estado a qual a cidade

é pertencente). Dessa forma, como a palavra foi estruturada não haveria confusões de municípios e ao mesmo tempo permanece a sua história e geografia.

Dado que, a produção acadêmica científica sobre a cidade, sua história e o papel que desempenha, de modo geral, para o estado de Goiás, ainda é escassa, destaca-se o quanto este aprofundamento fora importante para ampliar e expandir o conhecimento sobre os métodos da ciência onomástica. Espera-se que este trabalho contribua para o acervo histórico de reconhecimento da cidade de Palmeiras de Goiás, tanto em relação aos aspectos culturais, sociais, econômicos, populacionais e também em relação aos estudos do léxico toponímico de uma maneira geral.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, K. dos S. **Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2006.
- ARRIEL, M. F. **A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana**. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileira**. São Paulo: Contexto, 2011.
- BARREIROS, L. L. S.; BARREIROS, P. N. Estudo toponímico em Bahia Humorística de Eulálio Motta. **Cadernos do CNFL (CiFEFil)**, v. 20, p. 235-248, 2016.
- BARROSO, A. C; DA PAIXÃO, A. N. Dinâmica do mercado de trabalho em Goiás e a especialização das atividades produtivas entre 2002-2011. **Revista de Economia da UEG (ISSN 1809-970X)**, v. 9, n. 2, p. 40-63, 2014.
- BASTIANI, C.; ANDRADE, K. dos S. Aspectos relativos à nomeação na vertente toponímica: breves considerações. **Revista Philologus**, v. 25, n. 75 Supl., p. 967-84, 2019.
- BENVENISTE, É. **Natureza do signo linguístico**. Problemas de Linguística Geral I. Campinas: Pontes, 2005.
- BIDERMAN, M. T. Dimensões da palavra. In: **Filologia e Linguística**, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BIDERMAN, M. T. **Teoria Linguística** (teoria lexical e linguística computacional). Martins Fontes: São Paulo, 2001.
- BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- CAMARGO, A. K. de. **Nomes próprios no romance contemporâneo O Berro do Cordeiro em nova York**: um estudo onomástico exploratório. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.
- CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica / literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da rua do ouvidor de Joaquim Manuel de Macedo. In.: **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: CIFEFIL, v. 12, n. 10, p. 83-99. 2009.
- CASTRO, M. C. D. de. **A ecolinguística e os estudos toponímicos**. In: Linguística Ecológica: 10 anos de Ecolinguística no Brasil, Pontes, 2017.
- CHAUÍ, M. **A linguagem**. In: Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2006. p.136-151, 2006.
- COELHO, L. P.; MESQUITA, D. P. C. de. Língua, cultura e identidade: conceitos intrínsecos e interdependentes. **Entreletras**, v. 4, n. 1, 2013.
- COSERIU, E. Nuevos rumbos em la toponomástica prólogo a Maximiano Trapero. In: **Diccionario de toponimia canaria: léxico de referencia oronímica**, Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, Consejería de Educación, Cultura y Deportes/Universidad

Nacional de Educación a Distância. Centro Asociado de Las Palmas de Gran Canaria, p. 15-24, 1999.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

DAUZAT, A. **Le noms de lieux**. Paris: Payot, 1971.

DE CARVALHO RODRIGUES, H. S. M.; DE CASTRO, S. S. Uso das terras e remanescentes do cerrado da microrregião do Vale do Rio dos Bois–GO: uma análise das mudanças na paisagem. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 6985-6996, 2017.

DE MELO, P. A. G. Educação e linguagem: uma interlocução possível entre o léxico toponímico e o dicionário escolar enciclopédico. In: **Revista REVEXT**, 2015.

DE SOUSA, A. M. Geografia e Linguística: intersecções no estudo toponímico. **Perspectiva geográfica**, v. 3, n. 3, p. 115-128, 2007.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas, FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo: 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, M. V. do A. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2.ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 79-90.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FROSI, V. M. et al. Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2010.

GERAES, P. A. C. G.; SIQUEIRA, K. M. de F. Duas praças, quatro nomes: considerações acerca da nomeação espontânea em Piracanjuba (GO). **Palimpsesto-Revistado Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 17, n. 28, p. 380-397, 2018.

GIRÃO, M. F. DE A et al. **História de Palmeiras de Goiás: de sua origem à atualidade**. Conjecturas, v. 22, n. 6, p. 1002–1017, 30 jun. 2022

GUÉRIOS, M. **Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

GOMES, A. M. E. IC; SIQUEIRA, K. M. de F. **Atlas toponímico do Estado de Goiás (ATEGO):** acidentes físicos de Pires do Rio. III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG, 2016.

HALL, S. A questão da identidade cultural. In: S. Hall, D. Held and T. McGrew (Eds.), *Modernity and Its Futures*. Milton Keynes. Cambridge: Open University Press, 1992.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, [1943] 2006.

ISQUERDO, A. N. A Toponímia como signo de representação de uma realidade. In: **Fronteiras – Revista de História (UFMS)**. Campo Grande: Editora UFMS, v.1, n. 2, jul./dez. 1997.

ISQUERDO, A. N. Cahiers de Lexicologie. Dynamique de la recherche en lexicologie, lexicographie et terminologie au Brésil. POUPET, A. le B.; XATARA C. Paris: **Classiques Garnier**, p. 15-36, 2012.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, p. 115-139, 2012.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. Trad. Rosa Virginia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

MANO, M. **Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista**. 2006. 357f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.

MATOS, H. R. C. **Topônimos maranhenses: testemunhos de um passado ainda presente**. 2009. 282f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

MARCATO, C. **Nomidi persona, nomidiluogo**. Bologna: Mulino, 2009.

MELO, P. A. G. de. Uma interface línguo-cultural: um estudo onomástico em topônimos da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco. **MEMENTO, UNINCOR**, Minas Gerais, v. 3, n. 1, jan.-jul. 2012.

MELO, P. A. G. de. Onomástica e mudança linguística: um estudo sobre a dinâmica toponímica da microrregião de Arapiraca. **Revista Philologus**, Ano 20, nº 59. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. p. 116-136, 2014.

MENDES, T. M. **Léxico Toponímico de Diamantina: língua, cultura e memória**. 2010.227 fl. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

NOVAES, V. G. de S. **Pólo universitário de Palmeiras de Goiás concretização das políticas educacionais da UEG**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

PEREIRA, R. R. **A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

PEREIRA, R. R. **A toponímia rural da microrregião de Quirinópolis/sul goiano—o nome dos acidentes físicos**. Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, p. 953-961, 2013.

QUINTELA, A. C. O topônimo “Goyaz”. **Signótica**, v. 15, n. 2, p. 153-172, 2003.

QUINTELA, A. C. Os Índios “Goyá”, Os Fantasmas e Nós. **Revista UFG**, v. 8, n. 1, 2006.

RAMOS, R. T. Processos de mudança toponímica e sua abordagem pela teoria da variação e mudança linguística. **Revista Philologus**. Ano 13, n.º 38, 2017.

RENAN, Ernest. **Origem da linguagem**. [s.l.]: Progresso, 1950.

ROCHA, L. M. **O estado e os índios: Goiás 1850-1889**. Goiânia: UFG, 1998.

RODRIGUES, A. D. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. O português e o tupi no Brasil. São Paulo: **Contexto**, p. 27-47, 2006.

SALLES, C. P. A voz feminina na população submersa: variantes do rito de passagem no conto universal. PUC/SP. Tese de Doutorado. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/24482/1/Clice%20Pereira%20Salles.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

SANTIAGO, I. **Estudo toponomástico nos textos de Eulálio Motta publicados no jornal Mundo Novo**. 2018. 79f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Bahia, 2018.

SAPIR, E. **Língua e ambiente**. Linguística e ciência. Rio de Janeiro: Acadêmica, p. 43-62, 1969.

SAUSSURE, F. **Escritos de Linguística Geral**. SIMON, B.; RUDOLF, E. (Orgs.). São Paulo: Cultrix, 2004.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEABRA, M. C. T. C. (Org.). “Referência e Onomástica”. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Orgs.). Múltiplas perspectivas em linguística. **Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006.

SEIDE, M. S. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. **Confluência**, p. 165-184, 2013.

SILVA, C. C. da; DE FREITAS SIQUEIRA, K. M. Os estudos toponímicos: considerações acerca da relação língua, cultura e identidade. **Multi-Science Journal**, v. 1, n. 4, p. 57-61, 2016.

SIQUEIRA, K. M. de F.; DAVID, N. A. Topônimos de Origem Indígena: O papel do tupi na nomeação dos lugares goianos. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 3, n. 1, p. 119-131, 2014.

SIQUEIRA, K. M. de F.; DAVID, N. A. Do vai-vem passando Entre Rios até Ipameri (GO): considerações acerca da mudança toponímica. In: COUTO, E. K. N. N. do; ALBUQUERQUE, D. B. (orgs.). **Linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica: teoria e aplicações**. Brasília: Thesaurus. p. 12-29, 2015.

SIQUEIRA, K. M. de F.; DAVID, N. A. Espaços, lugares, territórios: multiplicidades face ao mapa mental e à designação toponímica. **Revista Mediação**, v. 16, n. 2, p.67-84, jul.-dez, 2021.

SILVA, V. P. de O.; SIQUEIRA, K. M. de F. **Do Vai-Vem passando entre rios até Ipameri (GO):** considerações acerca da mudança toponímica. III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG, 2016.

SOUSA, A. M. de. Pelos verdes mares bravios: a toponímia das praias do Ceará. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 90-108, 2007.

SOUSA, A. M. de. Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira: gênese e trajetória. **Ícone – Revista de Letras**, v. 2, p. 31-42, jul., 2008.

TAVARES, M. Língua e cultura: considerações sobre a motivação de nomes geográficos indígenas. **Raído**, v. 3, n. 6, p. 95-109, 2009.

TORT, J. **La toponímia como a camp de coneixamentinterdisciplinari**. Algunes bases teóriques i epistemològiques per a l'estudidels noms de lloc. Scripta Nova (Barcelona), v.5, n.86, 2001.

ULLMANN, E. **Semântica**. Uma introdução à ciência do significado. Trad. J.A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VIEIRA, Z. P. **O reflexo da memória social na toponímia:** o espontâneo e o popular. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2001, Rio de Janeiro. Cadernos. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2001.

ZAMARIANO, M. Reflexões sobre a questão do nome próprio na toponímia. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 22, n. 45, 2012.

ZAMARIANO, M. Construção da identidade toponímica: os nomes dos municípios paraenses. **Revista Diadorim**, v. 16, p. 185-208, 2015.